

CONTRA A
VIOLÊNCIA,
EDUCAÇÃO

SEM
MEDO DO
RACISMO

DIGITAIS
FEMININAS
NA REDE

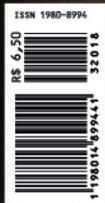
ANO 16 • VOL. 1
N. 16 • EDIÇÃO 2018

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

NÃO
É
MARÇO!
MEU CORPO,
MINHAS REGRAS

ELAS SE EMPODERARAM E O NÚMERO DE
DENÚNCIAS DE ABUSO AUMENTA



Mátria

ANO 16 • VOL. 1 • N. 16 • EDIÇÃO 2018



CAPA Bruno Soares

FOTO Vladimir Arndt

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA Isis Tavares Neves

(Secretária de Relações de Gênero da CNTE)

REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação

DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder

JORNALISTA RESPONSÁVEL Kátia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

EDIÇÃO Ana Paula Messeder

REVISÃO Amanda Wanderley

REPORTAGEM Amanda Vieira, Kátia Maia, Antônio Marques,

FOTOGRAFIA Arquivo Mátria

ILUSTRAÇÕES Bruno Soares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Noel Fernández Martínez e Angelo Gabriel

CAPA Bruno Soares

COLABORAÇÃO Ana Paula Silva

IMPRESSÃO Gráfica Qualytá

TRAGEM 7 mil exemplares



SRTVS, Q. 701, Conjunto L, Nº 38, Bloco 1, Salas 622 e 624

Ed. Assis Chateaubriand, Brasília-DF, CEP: 70340-906

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) - ano 16 (mar. 2017/mar. 2018) - Brasília: CNTE, 2003- Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106
CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.

Tel.: + 55 (61) 3225.1003

www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEOUTIE

Esta edição foi fechada em Brasília no dia 11 de fevereiro de 2018.

Confira também a versão eletrônica no site: www.revistamatria.com.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

1

EDITORIAL

CNTE

Sempre mais fortes

58

GIRO

59

INTERAGINDO

60

SUGESTÕES



33

ENCARTE TEÓRICO

MARY GARCIA CASTRO

Um novo feminismo ou um feminismo que se radicaliza?

REPORTAGENS

ENTREVISTA

ELEONORA MENICUCCI 2

CAPA

ROMPENDO O SILÊNCIO 6

EDUCAÇÃO EM COMBATE

QUE TIRO FOI ESSE? 14

IGUALDADE

O CROMOSSOMO X DOS ALGORITMOS 22

SUPERAÇÃO

CONTRA O RACISMO, CORAGEM! 28

MULHERES NA POLÍTICA

REFORMA POLÍTICA: OS HOMENS DERAM PARA TRÁS 40

RESISTÊNCIA

MULHERES DENUNCIAM ATAQUES AOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA 44

SEXUALIDADE

GÊNERO E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS: REGRAS E EXCEÇÕES 46

INTERNACIONAL

SHANTI BHAVAN:
UMA ESCOLA COMPROMETIDA COM AS MENINAS 50

PARIDADE

ELAS ESTÃO OCUPANDO MAIS 53

MOBILIZAÇÃO

ÁGUA E MULHERES NÃO SÃO MERCADORIAS 56

ARTICULISTAS



12

JULIANA TENÓRIO

Assédio sexual e medidas protetivas



20

APARECIDA GONÇALVES

Violência contra a mulher: um fenômeno social



26

JUÇARA DUTRA VIEIRA

Saúde! A resiliência das educadoras

Sempre mais fortes

Em um país onde as mulheres são maioria (52%), onde os negros e pardos idem (54,9%), onde as conquistas ao longo das últimas décadas significaram vitórias como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e a Lei do Racismo, o ano de 2018 começa com perspectivas de muita luta para a manutenção desses e de muitos outros direitos alcançados.

Infelizmente, em contrapartida, saímos de um ano cujos golpes fortes e contundentes também foram desferidos contra direitos conquistados. 2017 foi feito de momentos difíceis, com várias iniciativas nefastas do governo golpista, que retirou do comando do país a primeira mulher presidente, Dilma Roussef, legitimamente eleita pelo povo e deslealmente retirada do cargo. Máttria pergunta: vivemos um novo feminismo ou um feminismo que se radicaliza?

A verdade é que o país vive momentos de extremos. No dia a dia, brasileiros e brasileiras se deparam com a depreciação de meninas por meio da mídia e de letras de músicas, de diversos gêneros, e que diminuem a autoestima. Por outro lado, iniciativas estimulam alunas a se aventurarem em campos majoritariamente masculinos e inserem cada vez mais mulheres nos espaços tecnológicos e virtuais, desenvolvendo e programando um mundo baseado em algoritmos femininos.

A edição da Máttria deste ano se inspirou na força e na garra de figuras femininas que fazem da luta diária pela equidade de gênero uma condição do cotidiano. Aqui, contamos histórias de mulheres que enfrentaram e enfrentam diariamente a desfaçatez do racismo. Elas estão fazendo acontecer num momento em que a mulher negra frustra a sociedade e não é mais a empregada doméstica, com cinco filhos, morando no subúrbio. A igualdade 50-50 é uma meta da ONU para 2030 e o Brasil tem elenco para isso.

Assim, o racismo é mais um capítulo desta história de enfrentamento que se combate com mais educação e respeito. A violência está em toda a parte, mas na disputa entre o bem e o mal, a educação vence. A cultura de respeito ao outro é a base de uma campanha da CNTE nas escolas. “Saber amar é saber respeitar” está no ar e cabe à escola e à sociedade, o papel de multiplicar a cultura do combate à violência, evitando que meninas sejam assassinadas dentro da sala de aula por jovens machistas que ainda se acham donos da mulher.

Por fim, para inspirar mais ainda quem defende direitos iguais a todos, Máttria foi buscar na Índia o exemplo da escola que dá oportunidade a crianças ‘dalit’ e faz delas agentes transformadores da própria realidade.

Inspire-se e boa leitura.

Diretoria Executiva da CNTE

Viraram o relógio para a direita

“Foi um golpe patriarcal, sexista e misógeno”

Mineira, de Lavras, ela começou o ativismo político ainda no colégio. Hoje com 73 anos, Eleonora Menicucci se diz preocupada com o Brasil atual e a situação das mulheres, em um país que viu a primeira presidenta ser retirada do comando da nação “porque é uma mulher decente, íntegra e ética, e jamais a admitiriam com aquele perfil”. Ex-ministra da Secretaria de Política para as Mulheres do governo Dilma Rousseff, Menicucci acredita “que estamos vivendo uma forma de ditadura, que é a da paralisia, a do medo”, lamenta, mas insiste: “não podemos perder a esperança”.

Na gestão dela, Eleonora destaca conquistas como a aprovação da PEC das domésticas (2015), a Lei do Feminicídio (2015), a estruturação do Disque 180 e a Casa da Mulher Brasileira, projeto que lamenta ter sido prejudicado por desinteresse do governo de “homens brancos, conservadores e machistas que tomaram o poder no Brasil”.

Em 2017, o nome da ex-ministra voltou a ganhar destaque depois de o ator pornô Alexandre Frota processá-la por calúnia. Ele abriu o processo após críticas de Eleonora, em maio de 2016, a sua visita ao ministro da Educação, Mendonça Filho. A ex-ministra foi absolvida, no julgamento em segunda instância, da condenação de pagar R\$ 10 mil de indenização por danos morais ao ator.

Durante o Encontro da Rede de Trabalhadoras da Educação, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), Eleonora falou à CNTE em entrevista que você confere a seguir.

MÁTRIA: Como a senhora avalia o Brasil no governo ilegítimo de Michel Temer?

Eleonora: Dia 31 de agosto de 2017, fez um ano que fomos golpeados e a presidenta eleita e reeleita por mais de 54 milhões de votos, sem nenhum crime de responsabilidade, foi retirada da Presidência. Não tinha pedalada fiscal. Era tudo mentira, como ficou comprovado depois na gravação do senador Romero Jucá. Ele deixou muito claro que Dilma foi retirada porque ela não pararia a operação Lava Jato.

M: Foi um golpe contra a mulher?

E: Foi um golpe patriarcal, sexista e misógeno. E um golpe parlamentar que, aliás, foi o segundo no Brasil, pois em 1964 o Jango estava no país e sofreu o golpe. Foi midiático, todas as cinco grandes famílias da comunicação lideraram o processo, fazendo a formação da opinião, sobretudo influenciando a cabeça

da classe média e colocando o pato na Avenida Paulista. A participação do presidente da Fiesp, Paulo Scaf, demonstra que também foi um golpe dos empresários, capitalista e financeiro, do capital internacional.

M: Capital Internacional?

E: Porque o capital internacional não admitiu que a América do Sul ficasse com o relógio para esquerda, com políticas de inclusão, desenvolvimentista e sociais. Então, viraram o relógio para a direita, que é a implantação das políticas do consenso de Washington, as neoliberais.

M: Os EUA estão por trás do golpe no Brasil?

E: Não é só na teoria que os Estados Unidos estejam por trás do golpe no Brasil. Todas as políticas que estão sendo implantadas seguem

“**Porque o capital internacional não admitiu que a América do Sul ficasse com o relógio para esquerda, com políticas de inclusão, desenvolvimentista e sociais.**”

o consenso de Washington e do capital internacional. Porque têm o economista norte-americano Milton Friedman como pai. Estamos vendo, com a Escola sem Partido, a morte da CLT, que trata da desregulamentação total das leis trabalhistas, a privatização e a entrega do Brasil para os EUA, a entrega do Pré-sal, o congelamento do orçamento da União por 20 anos. Ainda querem fazer a Reforma da Previdência.

M: A senhora considera que foi um golpe contra os trabalhadores e o povo mais humilde?

E: O quadro que estamos vivendo vem contra um governo de inclusão, desenvolvimentista, social e, sobretudo, que colocou no patamar de direitos grupos de populações até então não considerados sujeitos de direitos, como as mulheres e homens negros, indígenas, LGBT e deficientes.

M: Acredita que pode piorar a situação ou os golpistas estão satisfeitos?

E: O golpe não é algo que aconteceu e acabou, tirou a presidenta Dilma e acabou. Não é só isso. Vivemos a fase mais dura, a consolidação do golpe, a seletividade dele. Acabar com a Lava Jato para alguns e não para nós.

M: Vivemos o golpe e o veto?

E: O primeiro caso explícito de veto à palavra e à ação aconteceu comigo no processo do ator Alexandre Frota, em que eu, o deputado Jean Wyllys e o jornalista Tony Goes, da Folha de São Paulo, repudiamos a ida dele ao Ministério da Educação para orientar o ministro (Mendonça

Filho). Um cara que é um golpista e outro que é um estuprador confesso e que faz apologia ao estupro.

Em 2014, quando Frota foi ao programa do Rafinha, eu, como ministra, me pronunciei. Lembrei de outros casos de estupros coletivos, como o de Castelo, no Piauí; Queimadas, na Paraíba, e o da Banda Hits, na Bahia. E ele não fez nada.

Mas quando deixei o governo, e ele foi recebido pelo ministro, eu me posicionei novamente e ele nos processou. Os processos dos dois foram arquivados, o do jornalista, em primeira instância, em São Paulo, e do deputado Jean Wyllys, no Supremo Tribunal Federal.

M: Mas porque somente o da senhora seguiu?

E: Porque não fiz acordo. Fui condenada, em primeira instância, a pagar R\$ 10 mil dos R\$ 35 mil que ele pedia. Na audiência de conciliação, Frota propôs que eu pedisse desculpa a ele, alegando que não era estuprador. Mas eu disse que não, que jamais pediria desculpas, pois ia contra a minha história de vida.

Agora (24 de outubro de 2017), depois de uma manifestação muito grande nas redes sociais, em que recebi apoio da América Latina inteira e do Brasil, com mais de 483 vídeos, o juiz me absolveu. O resultado foi uma condenação ao estupro e uma absolvição das mulheres. Eu simbolizei a luta contra o estupro.

M: Uma ação apenas para o Frota ganhar mídia grátis contra a senhora, que tem uma história de luta em favor das mulheres no Brasil?

E: Ele foi o intermediário de uma estratégia de calar as mulheres. Isso é mais grave. E a partir do momento em que fui processada, a luta não era mais somente minha, pertencia às mulheres.

M: Pelo jeito, a senhora tem muito trabalho pela frente, como a luta contra a PEC 181/2015.

E: A PEC 181/2015, chamada Cavalo de Troia, porque os deputados alteraram o projeto original, que previa aumentar a licença-maternidade às mães de crianças prematuras, embutindo o que a gente chama de jabuti, o direito à vida desde a concepção, que é um projeto do Eduardo Cunha.

M: Essa PEC pode provocar ainda mais mortes de mulheres no país?

E: Essa PEC acaba com todo o serviço de aborto legal no Brasil. Quando nós saímos do governo, existiam 588 serviços de aborto legal nos hospitais do país inteiro. Então, as mulheres continuam sendo estupradas.

A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no país, e continuam morrendo por abortos malfeitos. E querem acabar com o serviço de aborto legal. Isso é inadmissível. É legitimar a cultura do estupro.

Aceitar isso é ser complacente com o crime. É um retrocesso absurdo. É permitir que a mulher morra. Nesses casos, inclusive em casos legais de aborto provocado, as mulheres continuam sendo mortas por violência sexual no estupro, apanhando, sendo humilhadas e agredidas por namorados, companheiros e tudo mais.

M: Sobre a violência contra a mulher, como ficam as políticas públicas hoje?

E: Estamos numa situação que é muito perigosa. Todas as nossas conquistas estão se perdendo. Quando nós chegamos ao governo, com Lula, não existia Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Criamos e só tinha recurso de R\$ 2 milhões. Quando eu saí, por conta do golpe, tínhamos R\$ 328 milhões contemplados no PPA (Programa Plurianual). Mulher passou a fazer parte do orçamento da União. Isso é o maior ganho político.

Com o golpe, acabou a SPM. Primeiro, transferiram para o Ministério da Justiça, para ser um puxadinho da Polícia Federal e,

“A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no país, e continuam morrendo por abortos malfeitos. E querem acabar com o serviço de aborto legal.”

agora, é uma secretária nacional da Secretaria Geral da Presidência. Então é um desatino.

M: E as casas da Mulher Brasileira, criadas para atendimento à mulher vítima de violência?

E: Investimos R\$ 360 milhões para construir as casas da Mulher Brasileira, uma em cada capital, para agregar e unificar, em um mesmo espaço físico, todos os serviços necessários para o combate à violência doméstica.

A primeira a ser inaugurada foi em Campo Grande (MS), que está funcionando por pressão das mulheres do governo do Estado. A de São Paulo estava parada. As mulheres tomaram a casa e, por meio de negociação, o Ministério Público obrigou o prefeito a inaugurar até março de 2017. A de Brasília (DF), o governo do Rodrigo Rollemberg mudou a natureza do imóvel e agora é usado para seminários. A de Curitiba (PR), muito bonita, funciona precariamente. A de Boa Vista (RR) está prontinha. A de Fortaleza (CE) está para ser inaugurada, acredito que o governo do estado deva custear. A de São Luís (MA) está funcionando porque o governador Flávio Dino arca com os custos. Nas demais capitais, dificilmente o projeto vai adiante.

M: Que outras ações e projetos a senhora considerou importante em sua gestão no Ministério?

E: Destaco a aprovação da Lei do Feminicídio, a estruturação do Disque 180, a PEC das domésticas, que agora, com a morte da CLT, ficará prejudicada. Na autonomia econômica, não conseguimos aprovar

trabalho igual, salário igual, porque a bancada do mercado não permitiu.

M: Diante de tanto descaso, como atrair mais mulheres para a política?

E: Enquanto persistir a divisão sexual do trabalho dentro de casa, não havendo uma divisão das tarefas, não haverá jeito das mulheres irem para a política e assumirem novos espaços. Nós temos 9,8% de parlamentares no Congresso. Então, não só os partidos estão tomando consciência disso e estão modificando, mas é algo maior.

M: Como motivar as adolescentes de 15 a 16 anos, que poderão votar em 2018?

E: Tenham esperança. Não podemos perder a esperança, porque o que os golpistas querem é que entremos em um estado de desesperança.

“ Cabe à juventude manter a luta e reinventar uma nova forma de fazer política ”



Eleonora Menicutti durante o Encontro da Rede de Trabalhadoras da Educação, em Contagem (MG).

Isso leva à paralisia, que consolida o medo, e o medo entorpece. A resistência agora seria tomar todas as ruas, mas ela tem de se dar em blocos, a exemplo das ocupações do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e outras ações feitas pelo MST (Movimento Sem Terra), que são essenciais.

A luta das mulheres é fundamental, como a luta LGBT é extraordinária. E eu digo a essa moçada acreditem, confiem, tomem as ruas, as escolas, os lugares de lazer e façam discussões. Não deixem de ir aos cinemas, ir a shows e áreas de lazer. É preciso se manifestar, seja onde for.

M: A situação política de hoje é parecida com a de 1964?

E: Essa moçada está entrando em um país que eu estava em 1964 e sofreu por isso. Hoje acredito que estamos vivendo uma forma de ditadura, que é a da paralisia, do medo. Cabe à juventude manter a luta e reinventar uma nova forma de fazer política.

Rompendo o
silêncio

NÃO
NÃO É
NÃO

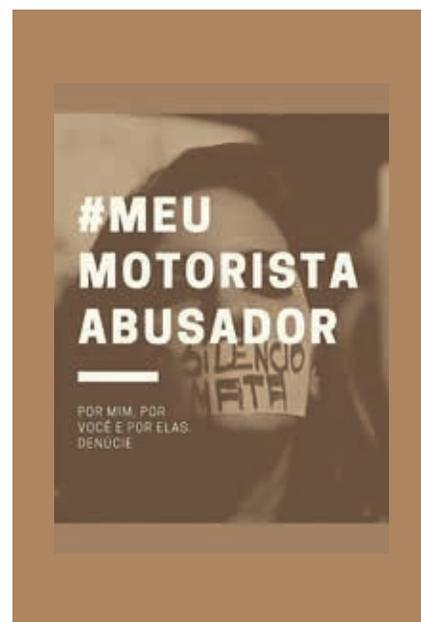


Mulheres denunciam o assédio e combatem a Cultura do Estupro no grito

De acordo com a ONU Mulheres, “Cultura do Estupro” é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Em outras palavras, é a naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, por meio de músicas, filmes, publicidade, leis, dentre outras formas de expressão que estimulam a violência contra as mulheres.

“A cultura do estupro existe há muito tempo. A única coisa que vem modificando de uns anos pra cá é a mulher ter a possibilidade de denunciar e não ficar mais calada”, destaca a advogada e sócia do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Iáris Ramalho Cortês. Ela lembra que antigamente, mesmo quando o aborto era permitido em caso de estupro, na década de 1940, as mulheres nem chegavam a denunciar para evitar

o constrangimento na delegacia. Campanhas na internet como #MeuMotoristaAbusador (lançada pela Clara Averbuck para denunciar um abuso que ela sofreu no transporte Uber) ou como o #metoo (eu também fui abusada), lançada pelas atrizes de Hollywood para denunciar o assédio sexual no cinema, são exemplos de como as vozes das mulheres estão se multiplicando.



Desmante do suporte jurídico

Se por um lado as mulheres estão gritando cada vez mais alto, por outro, ainda existem delegacias despreparadas para ouvir as denúncias. “Fui entregar uma cartilha de atendimento à mulher em uma delegacia de Extremoz (RN), mas o delegado me recebeu com as seguintes palavras: ‘Ah, mas eu nem vou ficar com isso. Aqui não tem isso de violência doméstica, as mulheres são muito comportadas’”, denunciou Iáris.

Na década de 1980 a criação de Delegacias Especiais de Atendimento ou Defesa das Mulheres, nos âmbitos municipais e estaduais foi um grande avanço. “Era para ter pelo menos uma Casa da Mulher Brasileira em cada estado, mas só temos em dois: Mato Grosso do Sul e no Paraná e no Distrito Federal”, ressalta Iáris. Para ela, o desmante de todas as políticas para mulheres conquistadas de 10 anos para cá está em curso.

Propostas para melhorar o sistema jurídico

“A gente não pode abrir mão da punição. Estupro está entre os piores dos crimes”, acredita Iáris. Ela explica que não defende castração nem justicamento, mas sim medidas educativas, que possam fazer com que os homens de fato mudem para não cometerem as mesmas violências contra as mulheres. Outra questão é a formação dos operadores do direito: “Eu me formei em 1977. Na época, a lei dizia que o homem era o chefe da sociedade conjugal. Eu achava tão normal. Mas por que é o homem? Por que não os dois? Se a gente não for alertada pelo professor, a gente acaba achando normal essas coisas que existem na legislação. Só fui despertar para isso com o feminismo, mas as faculdades de direito e os professores precisam discutir mais as questões de gênero”, conclui.

Delegacias estão despreparadas para ouvir denúncias de violência contra mulheres, diz Iáris

Foto: Divulgação CFEMEA

1- Em 2014, a cada



2- Em 2015, houve o equivalente a



3- Em 2015, apenas



Fonte:

[1] Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015)

[2] Anuário de Segurança Pública (2016)

[3] Estudo do IPEA (2014)

Você sabia?

O Código Penal Imperial punia, embora com menor severidade, o estupro de prostituta. Assim, o condenado por estuprar uma “mulher honesta” cumpriria entre três e 12 anos de prisão. Já aquele que cometesse o mesmo crime contra uma prostituta teria uma pena de um mês a dois anos.

Entidades e movimentos sociais impedem desmonte da Casa Luciety

No final de 2017, a prefeita de Pelotas (RS) Paula Mascarenhas (PSDB) deu início ao desmonte e sucateamento da Rede Lilás de enfrentamento e combate à violência contra a mulher e na Casa Luciety, antes considerada modelo. Diversos problemas foram encontrados no abrigo para mulheres vítimas de violência: dos três banheiros, apenas um estava em funcionamento; nenhum dos atendimentos de reabilitação para as mulheres previstos em lei (médico, jurídico, psicológico e social) estava sendo cumprido; ausência de agentes de segurança e a quebra do sigilo do endereço da casa.

Além disso, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) transferiu onze idosas para a Casa Luciety, que deveria atender casos específicos de mulheres em situação

de risco de vida e violência. Segundo a SAS, esse desvio de finalidade seria por apenas 15 dias.

As entidades e movimentos sociais reagiram e formaram uma comissão de mobilização para acompanhar a Casa Luciety e seus problemas até a retirada das idosas. O movimento feminista pelotense garantiu que a prefeitura cumprisse o prazo de quinze dias, devolvendo-a às mulheres de Pelotas no dia 27 de dezembro de 2017. A secretária de Governo, Clotilde Victoria, assumiu o compromisso da prefeitura não mais desviar a Casa Luciety de seu fim e de formar uma comissão permanente para discutir melhorias, qualificação profissional, atualização do regimento interno e garantir o pleno funcionamento desta casa de acolhida.

Campanha da CNTE



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou no mês de novembro de 2017 a campanha “Saber amar é saber respeitar”, em favor do combate à violência na escola. O objetivo é trabalhar valores que inspirem o espaço e as práticas escolares, de forma a favorecer a convivência, o respeito, a inclusão das diferenças, a paz e a solidariedade.

O primeiro foco da campanha é o enfrentamento à violência contra a mulher. “Homem que é homem combate a cultura do estupro” é a chamada do cartaz distribuído para escolas de todo país nos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Além desse material, a CNTE também produziu uma **cartilha voltada para professores**, com dicas de como reconhecer a cultura de estupro e o que fazer para prevenir comportamentos que possam levar à violência contra a mulher.



Saiba mais:
www.campanhasaberamar.com.br



Garbage in, Garbage out

A segurança das mulheres na internet

Yasodara Córdova: as vulnerabilidades que existem não estão na Internet, mas no sistema judiciário



Foto: Arquivo pessoal

Até os algoritmos do Google denunciam a cultura do estupro: ao digitar as palavras “morto pelo...” vamos ter como resultado “tráfico, PCC, montanha, estado islâmico, trem, meteoro...”. Quando a busca é “**morta** pelo...”, encontramos “marido, namorado, ex, cunhado, pai, irmão”. Na avaliação de Yasodara Córdova, pesquisadora da Digital Kennedy School, da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, a Internet reflete essa violência contra a mulher de uma forma intensa e é preciso ter alguns cuidados. Leia a entrevista a seguir.

MÁTRIA: Na sua avaliação, esse resultado trazido pelos algoritmos do Google guardam alguma semelhança com a realidade vivida pelas mulheres?

Yasodara Córdova: Esse resultado de busca faz sentido. Quando se fala em algoritmos, temos um jargão que exemplifica bem essa situação: “*garbage in, garbage out*” - ou seja:

quando vc faz a entrada de dados com determinado conteúdo, a saída vai refletir as informações naqueles dados. A informação coletada tende a refletir a realidade mesmo após o processamento de algoritmo, a não ser em casos muito específicos e muitas vezes intencionais, o que não é o caso.

M: Muitas feministas vêm denunciando a chamada “Cultura do estupro” - ou seja, comportamentos aparentemente inofensivos (piadas, concepções, ideias a respeito da mulher) mas que na prática vão autorizando uma série de violências contra a mulher. Na sua avaliação, essa cultura está presente na Internet? De que maneira?

Y: Bom, *garbage in, garbage out*. A internet é só um grande banco de dados interconectado. As pessoas fazem o *input* dessa cultura através dos dados que elas sobem pra essa nuvem, que acaba virando um espelho do que realmente pensamos.

Nesse ponto, eu acho que a Internet é uma oportunidade única de nos entendermos como um coletivo, compreendermos quais são as peças que compõem nosso imaginário, nossa cultura, pra depois tentarmos mudar em um processo que é cíclico. A professora de Columbia Ansaf Salieb-Aouissi disse, no Simposio de AI & Inclusão realizado no Rio de Janeiro em 2017 que “os algoritmos podem ser vistos também como ferramentas para melhorar a sociedade”, e eu concordo com ela. Quando uma música que faz apologia ao estupro é retirada do Spotify por pressão nas redes, por exemplo, podemos identificar esse ciclo de correção - por mais que muitos considerem censura, a decisão da empresa refletiu uma ação que tem suas bases em compartilhamento de ideias feministas que condenam a propagação da cultura do estupro através da normalização da apologia. Está melhorando. Demora, mas acontece.

M: Hoje temos preocupações que no passado não tinham consequências tão devastadoras, a exemplo do “revenge porn” (homens que, sem autorização, publicam na internet fotos de suas companheiras em situações íntimas, por vingança) e dentre outros assédios. Quais são as principais vulnerabilidades para as mulheres na internet?

Y: Hoje temos ferramentas que não tínhamos no passado: câmeras digitais e redes sociais. Sempre se trocou fotos de mulher pelada, inclusive em veículos oficiais, e muitas vezes com o objetivo de prejudicar a imagem da mulher pela exposição. *Revenge porn* existe porque é considerado errado que uma mulher não se preserve, então é uma vingança expor a nudez, ou a mulher fazendo sexo, para humilhá-la. Tendo isso em vista, eu acho que as vulnerabilidades que existem não estão na Internet, mas no sistema judiciário, que não tem defensoria pública para atender a todos os casos que aparecem, retirando as imagens com rapidez da internet e punindo os culpados. Também é uma vulnerabilidade o fato de não existir uma lei que proteja os dados de adolescentes ou crianças - que muitas vezes têm seus dados pessoais (endereço, nome real) expostos por sistemas fracos na segurança desses dados. Claro que o machismo deixa as mulheres mais vulneráveis à violência. *Revenge porn* é violência, então é só mais uma consequência do machismo que se reflete na Internet.

“ O tempo que a pessoa que quer denunciar passa na fila da Defensoria Pública é suficiente para espalhar um vídeo para inúmeras pessoas pelo Whatsapp. ”

M: Na sua avaliação, a Justiça está preparada para lidar com esses casos de violência contra a mulher na internet?

Y: Está melhorando, mas está longe de funcionar. A velocidade de distribuição de uma foto constrangedora não é nem sequer comparável à velocidade de um processo se iniciar. O delegado, para você ter uma ideia, geralmente tem 90 dias para acabar uma investigação e levar uma denúncia pra frente. Em 90 dias as pessoas já fizeram até *remix*! O tempo que a pessoa que quer denunciar passa na fila da Defensoria Pública é suficiente para espalhar

um vídeo para inúmeras pessoas pelo Whatsapp. A justiça tem que se modernizar, tem que estar disponível sem custos pra todas as camadas da população e focar menos em censurar e monitorar todos os cidadãos para pegar criminosos. Tem que ouvir a vítima de modo rápido, confirmar a veracidade das imagens. Para isso, a polícia precisa de mais técnicos, menos armas. Mais inteligência, menos vigilância. Infelizmente, não é esse o caminho que estamos trilhando.

M: Como as mulheres podem se proteger?

Y: O primeiro passo é nunca deixar o homem filmar nem fotografar nada. Tenha certeza de que os arquivos estão sempre no seu celular, na sua máquina, e não na máquina do namorado, por mais que se tenha confiança. Outra coisa interessante a se fazer é usar sempre o *Signal*, aplicativo que não deixa que sejam tirado *prints* das fotos, guarda de maneira segura as imagens no seu celular, protegido sob senha, e você ainda pode apagar os conteúdos do celular do cara também – lembrando que ele sempre pode reenviar. Também recomendo nunca jamais compartilhar senhas com namorados, trocando sempre o padrão de desbloqueio da tela e senhas para que eles não tenham acesso. Sempre fazer o Boletim de Ocorrência com o maior número de informações, como nomes das pessoas que compartilharam os vídeos ou fotos, por meio de *printscreens* e conversas gravadas, para agilizar o trabalho da polícia.



Juliana Tenório

Formada em Licenciatura em História, com Pós Graduação em História e Cultura Afro-brasileira.

Assédio sexual e medidas protetivas

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha e divulgada em 2017 revela que uma em cada três mulheres sofreu algum tipo de violência em 2016. O número alarmante é de 503 vítimas a cada hora. O levantamento apontou, também, que 40% das mulheres acima de 16 anos lidaram com algum tipo de assédio, como, por exemplo, comentários desrespeitosos (20,4 milhões de vítimas), assédio físico em transporte público (5,2 milhões) ou, ainda, o beijo forçado, sem consentimento (2,2 milhões)¹.

Recente polêmica, postada na Carta Capital, em setembro do ano passado, torna público o caso do rapaz de 27 anos que, detido por um dia após ter ejaculado em uma mulher num ônibus, voltando à liberdade praticou novo assédio em outro coletivo na grande São Paulo. Para surpresa da Polícia Civil, o rapaz tinha uma ficha extensa de delitos sexuais, preso 16 vezes pelo crime de estupro, ato obsceno ou ofensa ao pudor. A atitude abusiva constituía-se em aproximar-se da vítima e mostrar ou encostar o pênis².

Situações semelhantes acontecem, com frequência, em outros países, como foi o caso

polêmico das denúncias de assédio sexual sofrido por atrizes de Hollywood contra o produtor de cinema Harvey Weinstein, que geraram a *hashtag* #MeToo (“eu também”) e ganharam as redes sociais. O episódio revelou milhares de casos de assédio sexual mundo afora, pelos quais passaram mulheres e homens, que se encorajaram e resolveram falar sobre o tema.

Expor a temática parece ser sempre surpreendente, devido à quantidade extensa e à proximidade de casos que nos rodeiam. Seja no trabalho, em casa ou entre as amigas, percebemos o quanto é comum que mulheres, muito próximas a nós (inclusive nós mesmas), já tenham sido assediadas de alguma maneira.

O assédio sexual, sofrido por ambos os sexos, compreende crime desde 2001 e, de acordo com o Código Penal, no artigo 206 – A, é descrito como “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico”. A tipificação restringe o crime ao âmbito trabalhista, gerando certa confusão com aquele assédio que vemos com maior incidência no espaço público. Para este caso específico, há a contravenção penal conhecida como “Importunação Ofensiva ao Pudor”. É o assédio cometido por meio de palavras, geralmente de cunho sexual, olhares ou gestos.

1 <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil> (acesso em 03/01/2018, às 18h59).

2 <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/homem-solto-apos-ejacular-em-mulher-volta-a-cometer-abuso-sexual> (acesso em 03/01/2018, às 19h14).

Aguardam votação, desde outubro de 2017, na Câmara dos Deputados, dois Projetos de Lei que serão instrumentos na tentativa de inibir a grande ocorrência desses crimes. Trata-se do PLS 740/2015, de autoria do senador Humberto Costa (PT/PE), e o PLS 312 de 2017, da senadora Marta Suplicy (PMDB/SP). O primeiro faz surgir o “Constrangimento Ofensivo ao Pudor” em transportes públicos, e propõe a pena de reclusão de dois a quatro anos para quem constranger, molestar ou importunar alguém de modo ofensivo ao pudor, ainda que sem contato físico, atentando-lhe contra a dignidade sexual³.

Já o PLS 312 altera o Código Penal e o Processual Penal para prever o crime de “Molestamento Sexual” e modificar as hipóteses de internação provisória, respectivamente. O proposto determina pena de reclusão de três a seis anos a quem constranger ou molestar alguém, mediante violência ou grave ameaça, a prática de ato libidinoso diverso do estupro. Caso aprovados, será possível adequar a pena da forma correta para o assédio, principalmente nos transportes públicos.

A “Importunação Ofensiva ao Pudor” e a Lei Maria da Penha, que desde 2006 contribui para inibir mais casos de violência doméstica, ainda se mostram incipientes na redução do número de casos de assédio e estupro no Brasil. Os dados do Ligue 180, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, indicam que a violência contra a mulher continua disseminada pelo país.

Há que se notar um crescimento na quantidade de relatos e denúncias. As redes sociais e campanhas de iniciativa individual colaboram para o aumento, mostrando-se como medida protetiva utilizada por quem mais sofre com as cantadas desrespeitosas nas ruas, ou com

o intenso contato de corpos nos transportes públicos, nós, mulheres.

Em torno da violência contra a mulher, há a relação de poder que se apresenta na sociedade brasileira, há muito impregnada, presente nos papéis sociais que desempenhamos cotidianamente. Desde a Grécia e Roma antigas, onde as mulheres não eram nem consideradas cidadãs, não podiam exercer cargos públicos, não possuíam direitos e nem possibilidade de estudo; até à Revolução Francesa, em que nota-se a participação feminina no processo revolucionário, existe um hiato enorme no que tange aos direitos da mulher, em contraste com o excesso de deveres, como ser boa esposa, cuidadora do lar e da família, manter bons modos e ser bela.

A saída da mulher do espaço privado familiar para o espaço público do trabalho e do estudo ainda ocasiona a quebra de ordem da sociedade organizada de forma machista (centrada nos direitos dos homens) e patriarcal (o homem é o mantenedor e o mandatário das propriedades, incluindo das mulheres), que se vê afrontada diante de mulheres que desejam ter os mesmos direitos, estar nos mesmos ambientes, prover à família, serem livres, assim como o são seus companheiros. Como diz Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, “Há em todo indivíduo uma vontade de poder que se acompanha de um complexo de inferioridade; esse conflito conduz a utilizar mil subterfúgios para evitar a prova do real que ele receia não poder vencer”⁴.

As políticas de enfrentamento ao modelo arcaico espalham-se e o mote agora é para que o tema “Assédio” seja levado a público, discutido em rodas de amigas, festas familiares, ambiente trabalhista e nas redes sociais. A intensa exposição da temática acaba por ser medida protetiva que devemos fazer uso. E que venham mais.

3 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/27/comissao-aprova-propostas-sobre-assedio-sexual-em-transporte-publico> (acesso em 06/01/2017)

4 BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4ª ed. 1970. Pág. 64. (Cidade da publicação: Editora, 1970).

Que tiro foi esse?

A frase é da letra de funk que viralizou e se popularizou no final de 2017. O refrão se refere à gíria que significa “você está um arraso”. Infelizmente, quando se trata do dia a dia e da violência experimentada por mulheres, adolescentes, professores, educadores e crianças, a realidade é outra. O final não é feliz. A exemplo do que ocorreu em Alexânia, interior de Goiás, em 2017.



Raphaella Noviski, cruelmente assassinada dentro da escola

Foto: Reprodução Facebook

Nessa história, não foi um, mas onze tiros. Com uma máscara branca e arma na cintura, o estudante do 9º ano do ensino fundamental, Misael Pereira Olair, 19 anos, invadiu a escola estadual da cidade, a 90 quilômetros de Goiânia. Estava à procura de Raphaella Noviski, de 16 anos, que, encontrada na última fila da sala, ficou acuada. Ele se aproximou e, a meio metro de distância, deu seis tiros à queima-roupa na estudante. Recarregou a arma e deu mais cinco. Depois, correu para os fundos da escola e fugiu.

A morte, que ocorreu em novembro de 2017, é mais uma que alimenta os altos índices de violência contra a mulher e feminicídio no Brasil. O país registrou, ao menos, oito casos de assassinato de mulheres por dia entre março de 2016 e março de 2017, segundo dados dos ministérios públicos estaduais. No total, foram 2.925 no Brasil, aumento de 8,8% em relação ao ano anterior.

Raphaella foi mais uma jovem que, assediada, recusou as tentativas de aproximação do assassino. Não eram amigos e, mesmo assim, ele se achou no direito de tramar contra a vida da colega de turma. Um crime bárbaro ocorrido num país que há onze anos tem uma lei de combate à violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha. Uma Lei que, segundo especialistas, deve ser objeto transformador e educador no combate à violência contra a mulher.

“Aqui, no Distrito Federal, temos na recomendação número um,

do Conselho de Educação do Distrito Federal, no artigo 19, inciso 6, a determinação de que os direitos da mulher e outras questões de gênero sejam ensinadas na educação básica”, reforça Dhara Cristiane de Souza, professora da rede pública de ensino do Distrito Federal, chefe do Núcleo de Atendimento à Diversidade de Gênero e Sexualidade.

A questão é propagar o bem e, como diz a canção, saber amar. Assim, numa iniciativa de divulgação e discussão de temas como as violências contra a mulher, negros, pessoas homossexuais, transgêneras e com deficiência ou fora do padrão, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), lançou a campanha “Saber amar é saber respeitar”.

Por uma escola sem violência

A iniciativa da CNTE surge num momento em que o país enfrenta números alarmantes de agressões entre estudantes, educadores e familiares. Mais de 22,6 mil professores foram ameaçados por alunos e mais

**De 2016 a 2017
foram registrados
2.925
assassinatos de
mulheres no Brasil**



Foto: Divulgação

Dhara Souza: questões de gênero ensinadas na educação básica

de 4,7 mil sofreram atentados à vida nas escolas em que lecionam. Os dados são do questionário da Prova Brasil 2015, aplicado a diretores, alunos e professores do 5º e 9º anos do ensino fundamental de todo o país.

“A violência está nos pequenos detalhes”, afirma Olga Novo, professora da rede pública no DF e doutoranda em Educação. Ela recorda episódio, em outubro de 2017, numa escola do Distrito Federal, quando uma professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ficou ferida após ser agredida por um aluno de 18 anos. O jovem arremessou uma cadeira contra a mulher, ao ser notificado de uma suspensão.

A suspensão teria sido motivada porque o aluno usava um boné, contrariando as normas da escola. A professora pediu que o aluno retirasse o objeto e, diante da negativa, se dirigiu à direção. Quando voltou à sala de aula, foi agredida pelo estudante. A professora, que dá aulas de Matemática e Ciências, teve ferimentos no braço e no tórax.

“É uma agressão que vai além”, avalia Olga. Ela chama a atenção para o fato de que a escola hoje é um ambiente de total diversidade e que precisa se adaptar às diferenças. “No fim da década de 1990, o governo universalizou o acesso. Hoje, temos mais ou menos 98% das crianças e jovens na escola, o que não significa que estejam frequentando e aprendendo. A gente garantiu o direito à matrícula, agora precisamos garantir a permanência, com ensino de qualidade”, explica.

Assim, a campanha da CNTE chega em momento de necessidade de valorização das relações interpessoais, do respeito, da ética, da diversidade, do cuidado e da segurança no ambiente escolar. O foco é trabalhar o conhecimento e a afetividade juntos, como aliados dos processos de não-violência. “Não conversar apenas sobre homem e mulher, mas a respeito das diferenças e os diversos aspectos como empoderamento,

sexualidade, m u l h e r negra e



religião. Isso diminui a perspectiva da violência dentro e fora da escola”, acredita Dhara.

A ideia é clarificar para os próprios educadores que, a partir do momento em que se compreende que a violência existe, é possível diminuir a incidência. “Interferindo e quebrando um sistema patriarcal”, aposta. “Quando uma estudante se veste com uma roupa curta, não significa que seja piriguete. Não é a roupa que faz alguém piriguete, mas o caráter. O caráter está acima da roupa”, alerta a educadora.

Funk do desrespeito

Na campanha da CNTE, o personagem principal, o “Gentil”, tem o aspecto de um jovem com toda a roupagem e estereótipo de um rapaz bruto e machista. Entretanto, como seu próprio nome diz, ele é gentil! E combate, por exemplo, a cultura do estupro. Ele diz: “respeita as minas”. Na linguagem do próprio adolescente, alerta e procura fazer compreender que ao consumir músicas que depreciam a mulher e disseminar vídeos, imagens, comentários agressivos, o jovem está contribuindo para que a objetificação da mulher seja reforçada.

Um posicionamento absolutamente atual. No início de 2018, o Brasil registrou um triste exemplo dessa cultura: o funk “Só Surubinha de Leve”, de autoria do Mc Diguinho, trouxe o verso “Taca bebida, depois taca pica e abandona na rua”. Considerada uma apologia ao estupro, a música sofreu uma forte rejeição do público, sobretudo de feministas.



Foto: Divulgação

Olga Novo: “a violência está nos pequenos detalhes”

Após receber um abaixo-assinado com centenas de reclamações, a rede de compartilhamentos de música Spotify decidiu retirar o funk de seu catálogo. A canção gerou uma nota de repúdio da Secretaria Nacional de Política para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A nota ressalta que, apesar de música ser uma manifestação cultural legítima, “não pode ser ferramenta incentivadora de crime, sendo necessária a tomada de providências legais pelo Ministério Público Federal e ao Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (FONAVID) contra autores, intérpretes e divulgadores”, diz o texto que pede a apuração e a responsabilização quanto aos possíveis crimes praticados.

A investida sexual sem o consentimento da mulher, ou em qualquer circunstância que lhe provoque perda de consciência, caracteriza violência sexual e pelo novo código penal é enquadrado no crime de estupro e crime de estupro de vulnerável, respectivamente.

#Paratudo

Com a tecnologia, o desrespeito e a agressão ganharam um universo que, apesar de virtual, é bem real. Na Internet, *hashtags* como #meucorponãoépúblico, #Assédio, #Estupro, #MexeuComUmaMexeuComTodas e #JuntosContraoAbusoSexual configuram-se como manifestações contra as investidas.

Levantamento sobre os temas estupro, assédio, abuso sexual e violência sexual na *web*, chama a atenção. Pesquisa feita com ferramenta Scupsocial sobre o tema violência contra as mulheres na *web* revelou que a raiva foi maior do que o medo nas manifestações virtuais de femininas. Vergonha foi uma das palavras que mais apareceram no monitoramento.

Elas são maioria quando o assunto é violência e desrespeito. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 73% já sofreram algum tipo de violência no espaço virtual, que se manifesta nas instâncias do espaço digital, em todos os idiomas. As mulheres, ainda segundo a ONU, têm 27 vezes mais chances de sofrer assédio virtual na comparação com homens.

De acordo com a campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte”, são elas as mais perseguidas e ofendidas com xingamentos de teor sexual (“vagabunda”, “vadia”, “puta”), com relação à aparência (“feia”, “gorda”) e com ameaças envolvendo crimes como estupro e morte. A campanha é desenvolvida em cooperação entre o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria

Pública e o Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e o Ministério da Justiça.

Meditação

No município de Vespasiano, em Minas Gerais, a professora Luana Tolentino, da Escola Pública José Silva, apostou em uma prática milenar no combate à violência e à agitação em sala de aula: a meditação.

Em uma turma de alunos “tachados” de excluídos, duas vezes por semana, antes de iniciar as atividades do dia, ela conversa com os estudantes sobre a importância deles na vida e habilidades e avanços que apresentam. “Depois, iniciamos a meditação. Inicialmente, eram três minutos. Depois cinco. A pedido deles, passamos para dez”, comemora.

Segundo ela, os resultados “são impressionantes”. Os alunos estão mais concentrados, brigam menos e respeitam mais. “A meditação deixa as pessoas mais tranquilas, serenas e felizes. Automaticamente, as mudanças impactam no comportamento e no relacionamento com o outro. Não tive mais problemas com brigas, como também não foi necessário puni-los com castigos, que também vejo como uma forma de violência”, relata feliz.



Foto: Carol Lopes

Luana Tolentino: meditação reduz brigas e promove respeito entre estudantes



Mulheres têm
27
vezes mais
chances de sofrer
assédio virtual
do que homens

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres...



Joyse Barbosa
estudante do CEM 09

“Pude notar a mudança de comportamento nos alunos, principalmente nas meninas, que sofreram *bullying* por causa do cabelo ou da raça, na escola, na rua. Os meninos passaram a respeitar e a valorizar mais as mulheres”.

O relato é de um professor de escola pública do Distrito Federal e se refere ao impacto que um projeto implantado na rede de ensino do DF em 2015 causou na vida de alunos e professores. O nome do projeto? “Mulheres inspiradoras”! O título não podia ser mais ‘inspirador’. Afinal, desde que foi idealizado pela professora Gina Vieira Ponte, ele tem desconstruído paradigmas sobre os padrões baseados em referenciais masculinos impostos pela mídia.

O projeto surgiu a partir do desconforto da professora ao assistir a

um vídeo de uma aluna de 13 anos, em uma rede social, dançando funk. Nele, a música era de apelo erótico e depreciava a figura da mulher. Além disso, a roupa e a coreografia da menina corroboravam com a letra.

“Aquele vídeo levou a professora Gina a refletir sobre as imagens e os padrões repassados para as mulheres desde pequenas”, recorda-se Juliana Dias a professora da Universidade de Brasília (UnB) e parceira da professora Gina no “Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI)”. Juliana foi orientadora de Gina no TCC baseado no projeto.

O projeto consiste na leitura de seis obras escritas por mulheres: O diário de Anne Frank; Eu sou Malala; Quarto de despejo – diário de uma favelada; Não vou mais lavar os pratos; Espelhos miradouros,

dialéticas da percepção e Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz. São também estudadas biografias de Anne Frank, Carolina Maria de Jesus, Cora Coralina, Irena Sendler, Lygia Fagundes Telles, Malla, Maria da Penha Fernandes, Nise da Silveira, Rosa Parks e Zilda Arns.

A chave é a valorização

O foco é mostrar o impacto social que mulheres podem proporcionar na vida das pessoas, principalmente estudantes. Os alunos são levados a ler as obras e, posteriormente, produzirem dissertações sobre uma mulher inspiradora para eles. “Esse é o pulo do gato. O projeto trata da essência da história de cada um. De onde viemos? Quem são as mulheres da nossa vida? Qual a história delas?”, emociona-se Juliana.



Juliana Dias e Gina Vieira com o grupo de pesquisa, educação crítica e autoria criativa da UnB, que faz o elo entre a universidade e o projeto Mulheres Inspiradoras

Ela conta que o impacto na vida de professores e alunos foi visível. Os próprios educadores passaram a perceber que eles mesmos se ressentiam da falta deste olhar para a história feminina de cada um. Depoimentos presentes em relatório feito pela UnB sobre o projeto revelam as consequências sobre os educadores: “fiquei mais próxima deles (dos alunos), conhecendo um pouco mais a vida de cada um, de cada família e isso é muito satisfatório porque normalmente não consigo ter essa vivência na escola”, diz um relato.

O projeto contribuiu para uma formação de professores com base na concepção de docentes como intelectuais transformadores, que adotam metodologias ativas para a promoção de uma educação democrática, transformadora e humanizada.

Incentivadas em seu protagonismo, as alunas se sentiram valorizadas e todos descobriram o quão rica é a história das mulheres de suas famílias e, assim, perceberam a importância da mulher na vida de cada um. Conseqüentemente,

os meninos passaram a valorizar suas colegas de turma. “Era visível o impacto forte nas escolas, sobre os meninos principalmente”, afirma Juliana.

Ao avaliar os efeitos do “Mulheres Inspiradoras” sobre os estudantes



O projeto conta com distribuição de material didático-pedagógico em versão impressa e digital, oferta de plataforma e sala virtual para a formação de professores

relatos de professores demonstraram que “no início havia sempre questionamentos sobre o foco do projeto ser na figura da mulher” e que havia inclusive “aqueles com aversão ao ‘feminismo’, especialmente motivados pela ideia do senso comum de que o movimento era contra os homens”.

Juliana se recorda que os relatos dos meninos chegavam a demonstrar o quanto eles se viam assustados com o efeito das reflexões sobre si mesmos. “Eles mudam o olhar para as mulheres e muitos diziam: agora eu entendo que aquilo que eu fazia era machismo”, explica Juliana.

Em 2017, o projeto chegou a 15 escolas da rede pública do Distrito Federal (DF). A proposta de ampliação surgiu a partir de uma parceria estabelecida entre o GDF – por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) –, a CAF e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

A Universidade de Brasília (UnB) tem apoiado a iniciativa com a realização de avaliações qualitativas da aplicação-piloto do programa, “O programa é muito bonito porque ele abre o olhar e pudemos ver estudantes surpresos por não conhecerem nem imaginarem a história do sofrimento da avó, por exemplo. Isso, sem contar que o PMI trabalha o empoderamento da juventude e os alunos percebem que alguém quer conhecer a história deles”, conclui Juliana.



Aparecida Gonçalves

Diretora-presidenta da Xaraés - Consultoria e Projetos

Violência contra a mulher: um fenômeno social

As conquistas alcançadas no enfrentamento à violência contra a mulher, pelo movimento de mulheres e feministas, nessas últimas décadas, são significativas. Podemos citar, no campo legislativo, a **Lei nº 10.778 /2003**, que cria a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher que foram atendidas nos serviços de saúde; a **Lei nº 11.340/2006**, a Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica e familiar; a **Lei nº 12.015/2009**, que dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual; a **Lei nº 12.845/2013**, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual; a **Lei nº 13.104/2015**, que altera o art. 121 do Código Penal, para prever o **Feminicídio** como qualificadora do crime de homicídio, e o inclui no rol dos crimes hediondos.

No campo das políticas públicas, a realização da **1ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2004**, foi o grande marco no processo das políticas a serem implantadas no país, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Casas Abrigos, Defensorias Públicas da Mulher, Promotorias Públicas da Mulher e Juizados Especializados da Violência Doméstica e Familiar. E, também, na elaboração de estratégias de implementação

delas, como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher 2007 e o Programa Mulher Viver sem Violência 2013.

Apesar das conquistas, os dados mostram que, segundo o Mapa da Violência 2015, 4.762 mulheres são assassinadas por ano no Brasil, das quais, 50,3% por familiares. Os dados indicam, ainda, que 33% desses crimes são praticados por parceiros, e que, na última década, diminuiu o número de assassinatos de mulheres brancas e aumentou em 54% o de mulheres negras. Os números colocam o Brasil no 5º lugar do *ranking* de assassinatos de mulheres no mundo, evidenciando que é um dos países mais inseguros para se nascer mulher. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, em 2016, houve 49.497 registros de ocorrências de estupro, um crescimento de 3,5%. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que analisou os registros de violência sexual utilizando os dados do Ministério da Saúde, concluiu que 89% das vítimas são do sexo feminino. E, no caso de estupros, 70% são cometidos por parentes, namorados, amigos ou conhecidos da vítima. (IPEA, 2015).

A Pesquisa Data Senado – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 2017 revela um aumento de 18%, em 2015, para 29%, em 2017, no número de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência

doméstica. Também, 56%, em 2015, e 71%, em 2017, declararam conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica. E das entrevistadas que se declararam brancas, 57% informaram ter sido vítima de violência física e 11% de violência sexual. Entre as negras, o percentual é maior. Das que se declaram pardas, 76% informaram ter sido vítimas de violência física e 17% sexual, enquanto das que se declaram pretas, 65% relatam ter sofrido violência física e 27% violência sexual.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2017, traz no relatório “**O Poder do Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha**”, que no ano de 2016 foram instaurados 290.423 novos inquéritos policiais - indicador elevado, mas provavelmente subestimado - foram 195.038 medidas protetivas de urgência expedida pelos Tribunais Estaduais, tramitaram na justiça estadual em 2016 um milhão cento e noventa e nove mil cento e dezesseis processos, o que corresponde a 11 processos a cada 1000 mulheres ou 1 processo a cada 100 mulheres brasileiras.

Segundo o relatório, foram 334.088 novos casos de conhecimentos criminais em violência contra a mulher, e proferiram-se 194.304 sentenças. O relatório do CNJ representa um grande avanço na perspectiva de dados oficiais, que é um grande desafio para as políticas públicas.

Os números da violência contra a mulher elucidam que os desafios são tão grandes quanto as conquistas. É preciso compreender que a violência contra a mulher é uma das questões estruturantes das desigualdades entre homens e mulheres, fruto do patriarcado e do machismo, que garante a submissão de uma pessoa por outra e está em todas as classes sociais. Traz elementos como a manutenção de valores comportamentais e tradição que perpassam, cotidianamente, toda sociedade. É visto, presenciado e justificado nas

novelas, filmes, músicas e nas redes sociais, nos jornais e revistas e no uso do discurso, por meio da educação, cultura, religiões etc.

Garante a manutenção da cultura da violência estabelecida por intermédio do ódio, da discriminação e do preconceito. A violência contra a mulher não pode ser tolerada, justificada ou aceita, seja pelo discurso de censura, seja pelo direito à liberdade de criação, ou qualquer outra justificativa. Músicas com apologia ao estupro, assassinato de mulheres, devem ser denunciadas pela sociedade, a exemplo o novo *hit* “Só uma surubinha de leve”, do MC Diguinho, que faz apologia ao estupro e consta como as primeiras colocadas *playlists* virais do Spotify (*na finalização desse artigo, foi retirada após denúncia*). Não pode um país, onde acontece um estupro a cada duas horas, aprovar atitudes que valorizam, estimulam e até provocam o crime do estupro.

É necessário que a violência contra a mulher seja entendida como um fenômeno social e público. Para tanto, precisa-se investir recursos políticos, financeiros e intelectuais em seu enfrentamento. É preciso reconhecer sua capacidade de manutenção de privilégios e das relações de poder, sua manutenção gera uma sociedade doente, violenta, permissiva e abusiva.

Nesses últimos anos, a conquista dos direitos das mulheres tem sofrido ameaças permanentes, com maior intensidade, com argumentos fundamentalistas, retrocesso histórico, onde as culpam, matam e estupram pelo fato de serem mulheres. As mulheres ainda só querem o direito de ir e vir, a justiça social, a liberdade, ao seu próprio corpo, aos direitos iguais, a equidade de gênero e viver sem violência.

Porque viver sem violência é um direito das mulheres.

O cromossomo X dos algoritmos

A palavra Cunhantã vem do Tupi Guarani e é a forma como costuma-se chamar às meninas na Região Norte do país. O oposto, Curumim, é usado para referir-se aos meninos. E foi justamente essa forma local e carinhosa de se dirigir às meninas, que batizou um dos projetos de empoderamento das mulheres no Amazonas.

“O projeto começou com o nome Cunhantã Digital, em 2015, com o objetivo de estimular maior participação das mulheres da região amazônica na área de Ciência e Tecnologia, além de promover a interação entre mulheres profissionais e meninas em formação, estimulando o ingresso delas em cursos de graduação e carreiras nesses campos do conhecimento”, explica Tanara Lauschner, diretora do Instituto de Computação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e conselheira do Comitê Gestor da Internet.

Uma iniciativa que tem significado um salto na participação e no envolvimento de mulheres com a área de Tecnologia da Informação (TI) e Ciência da Computação, um mundo dominado por homens.

O Amazonas é um dos poucos estados brasileiros onde a população masculina supera a feminina. Ao lado dele, estão Rondônia, Roraima e Pará. Em todo o país, o percentual de mulheres é de 51,48% contra 48,52% de homens, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não bastasse o fato de estar em um estado numericamente dominado por homens, o Cunhantã Digital se arvorou, também, em ambiente de predominância masculina, no qual



Rede de Ensino Fundamental estimula raciocínio lógico no Amazonas

apenas 20% dos profissionais são mulheres, dos mais de 580 mil profissionais de TI que atuam no Brasil, segundo levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em termos globais, o cenário se repete. Nos Estados Unidos, estima-se que elas ocupem apenas 25% dos empregos em Tecnologia da Informação. E a Google revelou que 30% de todos os seus colaboradores são do sexo feminino.

De acordo com Tanara, já havia outras iniciativas de desenvolvimento de aplicativos com meninas - Projetos de programação da Microsoft. Após o Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, “nos aproximamos de um programa, o Meninas Digitais, que já existe desde 2011 com a proposta de replicar a ação em vários estados. Então, criamos o Cunhantã Digital com a referência do nome, bem local”, disse.

A partir daí, outras iniciativas do Meninas Digitais, voltadas ao ensino do pensamento computacional nos ensinos médio e fundamental, foram agregadas. “A meta foi sempre trazer mais mulheres para a TI, onde ainda temos pouquíssimas profissionais”, relata.



Esclarecimento

O projeto trabalha, também, com a formação das meninas que já estão na universidade, na divulgação de cursos como oficinas de programação e lógica. Com escolas, nos níveis médio e fundamental, já foram alcançadas pelo Cunhantã Digital.

Entre os adolescentes, o trabalho é feito de forma a esclarecer o que é a TI, “porque muitos estudantes nem sabem o que uma pessoa de Ciência da Computação faz. Então, vamos lá para ensinar o que é e dizer para as meninas que é um campo para elas também”, destaca Tanara.

O resultado é que as meninas “acabam gostando bastante”, embora ainda haja muita resistência por parte dos pais que, “via de regra”, dizem para as filhas que elas têm que ser médicas, advogadas ou seguir alguma profissão que eles identificam mais voltadas para mulheres”. A influência da família é muito forte quando, segundo Tanara, a proposta é falar de áreas de exatas, Matemática e Química, por exemplo. “Elas dizem que não se identificam ou não são capazes”, lamenta.



O programa Meninas Digitais foi criado em 2011 para incentivar estudantes de escolas públicas e de comunidades carentes a se aproximarem dos cursos superiores de computação. O projeto é realizado pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC).

No Brasil, o Meninas Digitais está em quatorze estados. Nas aulas de programação, as estudantes das escolas públicas têm oportunidade de perceber um mercado de trabalho que até 2020 deve exigir 1,4 milhão de vagas para apenas 400.000 programadores, segundo dados da Code.org, entidade norte-americana que estimula jovens a aprenderem a linguagem computacional.

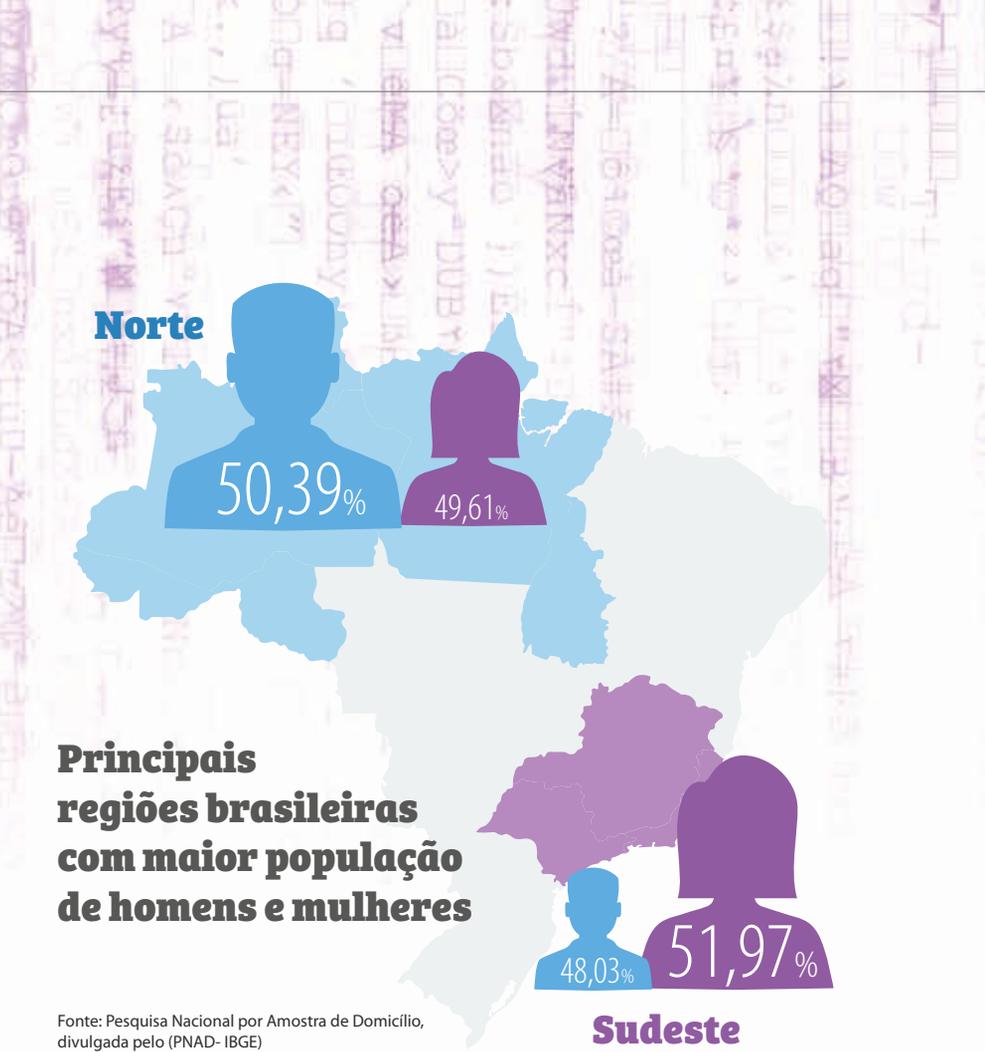
Avanços

A realidade entre as estudantes inclui relatos de meninas com facilidade para a área e raciocínio lógico bem desenvolvido, mas que optam por fazer Direito. “O projeto tem conquistado avanços”, comemora Tanara. Acompanhamento feito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) revela que, no ano de 2017, o número de meninas que ingressaram no curso da Ciência da Computação mais que dobrou. Saiu de apenas sete para 16 no ingresso de calouras, num total de 56 vagas disponíveis.

O lado bom é que também tem a influência da família para o ingresso das mulheres na carreira. Um estudo feito pelo projeto para saber o motivo pelo qual elas optaram pela Ciência da Computação revelou que muitas foram influenciadas pelo pai, que já era de TI. Portanto, já tinham contato desde pequenas e isso as incentivou para a escolha.

O Cunhantã Digital promove palestras nas escolas numa maneira de disseminar, desmistificar e esclarecer o que realmente é a Ciência da Computação. Desde que foi criado, estima-se que, pelo menos, dois mil alunos de escolas particulares e públicas de Manaus foram alcançados pelas palestras, feiras e competições.

O trabalho não se encerra ao conseguir levar mais meninas para as universidades nas áreas de exatas. Dentro do ambiente acadêmico, é preciso também desenvolver ações junto aos professores e colegas. “Às vezes, o problema é com



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo (PNAD- IBGE)

os professores que, por exemplo, colocam as alunas para fazerem a documentação e não a programação. Isso cria a noção entre os próprios colegas de que as meninas são melhores para a documentação, já que o trabalho difícil é o programa”, explica Tanara.

Outros comentários de alunos, segundo ela, beiram o assédio, como quando os discursos de alguns estudantes são de que o professor foi com a cara, ou gosta da estudante, simplesmente porque ela é mulher. “A gente tem combatido essa visão machista dentro do curso. Até porque muitas meninas, nem identificam ou veem o machismo em determinadas atitudes”, disse.

O ingresso de mais mulheres nas áreas de computação significa um salto de qualidade nos programas e nos produtos desenvolvidos. Isso porque a base das decisões em aplicativos e programas parte da análise de algoritmos desenvolvidos, em sua maioria, por homens, “o que acaba refletindo uma visão masculina”, constata.

“Ingresso feminino, principalmente em Ciência da Computação e Tecnologia da Informação, permite que soluções maravilhosas, que poderiam ter o olhar feminino, não sejam ignoradas. Não podemos prescindir desses talentos”, conclui Tanara.

Criptografia de uma jovem *hacker*

Ela por ela

Ingrid, na verdade, se considera um ponto fora da curva, porque sempre teve a certeza de que dava conta e nunca duvidou da própria capacidade. Como referências, cita o filme *Hacker*, de 1995, dirigido por Iain Softley e estrelado por Angelina Jolie, Jonny Lee Miller e Matthew Lillard.

A produção retrata as aventuras de um grupo de *hackers* talentosos, do ensino médio, e o envolvimento deles em uma conspiração corporativa. A obra foi lançada nos anos 1990, quando a internet ainda era um instrumento desconhecido para o público em geral.

Idade – 20 anos

Curso – Ciência da Computação

Equipe – *Pyladies*

Interesse – em pesquisa sobre *Malwares*, vírus de computador. “Para descobrir vacinas e analisar como funcionam, já que são feitas a toda hora”.

Desafios – “Todo eletrônico, *software*, tem uma falha. Os desafios seguem. Pretendo participar de mais campeonatos”.

Desafio é com ela mesma. E se os obstáculos forem virtuais, melhor ainda. Aos 20 anos, a estudante de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ingrid Spangler, é uma das (ainda) poucas mulheres que se aventuraram em mundos massivamente dominados por homens, como o da computação, programação, tecnologia e segurança da informação.

Ingrid conta que entrou para esse meio quando começou a se interessar por programação. “Percebi que envolvia a parte da Matemática que eu mais gostava, além de lógica, o meu passatempo favorito”, recorda-se.

“Escolhi a Ciência da Computação sem saber muito bem do que se tratava. No Ensino Médio, sempre tive notas boas em Matemática e Física. Então, conheci um amigo que mexia com código, comecei a me interessar pela área e gostei”, conta.

Foi o suficiente para escolher a Ciência da Computação como curso universitário em 2015 e, menos de três anos depois, virar destaque na área ao se tornar a primeira mulher a vencer uma etapa do *Hack a flag*, no caso, a de Belo Horizonte (MG).

Hack a flag, ou *Capture the Flag* (CTF), para os desavisados que não

são do meio, é uma modalidade de competição que reúne desafios de Segurança da Informação, envolve diferentes tipos de conhecimento e tecnologias, e pode transitar entre diversos temas.

“Entrei na faculdade sem conhecimento prévio sobre programação e muito menos de *hacking*”, relata Spangler, que disputou a categoria individual em Belo Horizonte, venceu e ingressou em uma equipe 100% feminina. Além do feito na etapa da capital mineira, conta que fez “o maior número de pontos de 2017”, orgulha-se.

Na avaliação da jovem, os espaços reforçam a presença feminina no meio, uma vez que as elas têm certo receio de participar de competições como a *Hack a Flag*. “No começo, acham que não vão acrescentar nada e desistem. Meu time tem ajudado as garotas a começarem sem muita vergonha. A gente descobriu que muitas querem entrar na área, mas não encontram pessoas iguais a elas. Agora, já podem!”, garante.

De acordo com Ingrid, no curso de Ciência da Computação, os homens ainda são maioria. As alunas ficam em torno de 20%, “sendo otimista”, lamenta ela, e complementa: “mas, isso não me incomoda muito. Não percebo muito machismo”.



Juçara Dutra Vieira

Doutora em educação, professora aposentada da rede de ensino público do RS, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2002-2008)

Saúde! À resiliência das educadoras

A ideia de saúde é autoexplicativa e vale para todas as idades, gêneros e raças. É o contraponto da finitude da vida, a expectativa de sua fruição da forma mais intensa e plena possível. Por isso, os cuidados com ela são, ao mesmo tempo, um direito individual e uma responsabilidade a ser compartilhada.

Este texto aborda a saúde das trabalhadoras em educação como área de interesse acadêmico, educacional e sindical da CNTE. Baseia-se em pesquisa realizada pela autora em 2017¹, cujo foco foi “saúde e condições de trabalho”, mas que também investigou outros aspectos relacionados à identidade, ao profissionalismo e às experiências profissionais e sociais de educadores(as) de redes públicas da educação básica.

A pesquisa dá continuidade a outras investigações realizadas pela Confederação, a partir dos anos 1990. Desde então, ocorreram mudanças no contexto socioeconômico e no mundo do trabalho. No Brasil, as políticas neoliberais da década de 1990 estimularam a privatização da educação superior, técnica e

tecnológica, além de reduzirem o conceito de educação básica – por meio de ações focalizadas no ensino fundamental – e promoverem a desvalorização dos profissionais da educação.

Os efeitos das políticas nacionais impactam nos estados e municípios, sejam os que reproduzem a lógica da submissão do Estado aos interesses do capitalismo neoliberal, sejam os que têm pouca participação na distribuição dos tributos. A realidade se reflete nos orçamentos, no descumprimento de leis – como a do Piso Salarial Profissional Nacional –, na precarização das relações de trabalho e nas condições físicas, materiais e funcionais das escolas públicas.

Por isso, ao serem perguntadas sobre as condições relacionadas ao ambiente de trabalho, as profissionais da educação identificaram várias deficiências, sendo as cinco mais citadas, em percentuais decrescentes: falta de laboratório de ciências – 63,6%; falta de laboratório de informática – 55,3%; inexistência de CIPA² – 53,1%; falta de sala de recursos (inclusão) – 53,0%; e falta de segurança no trabalho – 52,2%. Embora as respostas reflitam preocupação com a segurança, as educadoras, incluindo as funcionárias da educação, enfatizam as condições relacionadas à aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes e,

1 O questionário foi respondido por 762 delegados(as), participantes do 33º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizado em janeiro de 2017, 465 dos quais mulheres de todos os segmentos profissionais: professoras, funcionárias da educação e especialistas em educação/pedagogas. Profissionais pertencentes a dois ou mais segmentos receberam a denominação de “multiprofissionais”.

2 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

particularmente, dos(as) destinatários(as) das políticas de inclusão.

Professoras, especialistas em educação / pedagogas e funcionárias da educação citaram cerca de 40 (quarenta) situações que produzem impacto sobre sua saúde. As seis que receberam maior número de menções seguem a seguinte ordem: acúmulo de cargos, funções ou atividades – 66,2%; dificuldade de aprendizagem dos estudantes – 56,1%; assédio moral por questões ideológicas – 54,6%; falta ou precariedade de material pedagógico – 53,5%; jornada de trabalho excessiva – 51,8%; excessivo número de alunos por turma – 51,8%. Subjacentes a essas situações encontram-se outras, tais como: baixos salários, indutores de múltiplas jornadas; insuficientes investimentos na educação; descompasso entre as expectativas e necessidades das novas gerações, as políticas de formação dos(as) profissionais da educação e o projeto político pedagógico das escolas; reacionarismo e desrespeito à liberdade de expressão dos(as) educadores(as) de que é exemplo o Projeto Escola Sem Partido³.

As pressões sofridas, cotidianamente, pelos profissionais da educação são, portanto, de ordem material, mental e psicológica. A investigação comprova a persistência da síndrome de *Burnout*, identificada pela CNTE em pesquisa realizada em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB), que resultou em publicação⁴ de referência para estudiosos do tema. Destacam-se, também, a síndrome do pânico e a síndrome do pensamento acelerado, ambas geradoras de ansiedade, estresse e desgaste mental. A ansiedade, aliás, é o principal

sintoma de mal-estar e/ou adoecimento identificado pelas profissionais de educação, com 72,7% de menções. Na sequência, aparecem: cansaço e fadiga (68,4%), problemas de voz (67,7%), dor nos braços (61,7%) e dor de cabeça (59,3%). Os sintomas são percepções de como elas se sentem para enfrentar as atividades cotidianas.

As doenças ou distúrbios, por sua vez, só são consideradas como tal a partir de diagnóstico de profissional da área da saúde. Embora o problema de voz continue a ser uma doença característica da profissão, situando-se – junto com a depressão – em segundo lugar, é o estresse a principal doença das educadoras pesquisadas. Elas também convivem com alergia a pó, que pode advir da poluição do ar, porém está associada ao uso de quadro e giz, ainda um dos principais recursos didáticos disponíveis nas escolas básicas. Enxaqueca e hipertensão arterial aparecem empatadas em quarto lugar. De acordo com a literatura médica, os índices de hipertensão aumentam com a idade; nesse sentido, é importante destacar que as duas faixas etárias predominantes entre as entrevistadas são de 51 a 60 anos e de 41 a 50 anos, respectivamente. Em quinto lugar, as lesões por efeitos repetitivos (LER) e as varizes são doenças que acometem as mulheres, ambas físicas e associadas ao trabalho.

O adoecimento pode ser uma contingência da natureza humana e de seus limites. Entretanto, as doenças laborais representam falta de políticas preventivas, omissões ou ações deliberadamente voltadas para a exploração do trabalho, características do capitalismo de orientação neoliberal. Por isso, é preciso saudar a resiliência das educadoras brasileiras e seu papel na formação de gerações de mulheres e de homens para uma sociedade de iguais em direitos, ainda que diversos(as) nos talentos, vivências e realizações.

3 Projeto de Lei do Senado nº 193/2016: Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".

4 CODO, Wanderley (coordenador). Educação: carinho e trabalho – burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.



Políticas afirmativas como a Lei de Cotas (Lei nº. 17.711/2012) e a Lei contra o racismo (Lei nº. 7.716/1989), têm significado mais espaço para uma população que hoje soma 95,9 milhões de pardos e 16,8 milhões de negros, ou 54,9% dos brasileiros

Contra o racismo, coragem!

Em um país onde a maioria é tratada como minoria, os obstáculos de pardos e negros, numericamente majoritários nas estatísticas populacionais, se mostram recorrentes. No entanto, as mulheres negras enfrentam as barreiras com militância ativa e ocupam lugar de destaque na sociedade. A Lei nº.7.716/1989, que estabelece o racismo como crime e a de Cotas, Lei nº. 17711/2012, têm contribuído para o aumento do número de denúncias e o empoderamento feminino.

“A grande questão que se põe hoje é que o racismo no Brasil é tão cruel, que estabelece um lugar de minoria aos negros. E nós não somos minoria, quantitativamente, mas minoria do ponto de vista econômico”, lamenta Cristiane Sobral, atriz, escritora e poeta.

Cristiane foi a primeira atriz negra graduada em Interpretação Teatral, pela Universidade de Brasília (UnB), em 1998. “Numa época em que não existiam as cotas”, lembra. Filha de pais adotivos, nasceu no Rio de Janeiro e mudou-se para a capital do país aos onze anos de idade.

Vinte anos depois, a UnB é a universidade com mais estudantes

negros do que brancos. O número de alunos que se declararam negros e pardos, de acordo com levantamento feito pelo Observatório da Vida Estudantil da própria UnB, responde por 50,6% dos matriculados no segundo semestre de 2017. Desde 2003, a universidade adota o sistema. Foi a primeira instituição pública de ensino superior do país a reservar vagas para negros. Em contrapartida, o número de professores negros na UnB ainda é minoria, não ultrapassa os 2% do corpo docente.

As populações parda e negra têm participação nas várias esferas sociais e econômicas, e alcançam espaços mais altos a passos lentos. Apesar da morosidade que a sociedade impõe, os avanços acontecem. “Se hoje colhemos alguns frutos, somos o resultado do movimento negro, de 1978. Frutos de uma militância que plantou tudo que colhemos hoje”, reconhece Cristiane.

Basília Rodrigues, repórter há dez anos da rádio CBN, concorda que há espaços conquistados pelos negros e relembra a época em que entrou para a profissão. Na ocasião, conta, o pai a aconselhou a fazer concurso público para que tivesse

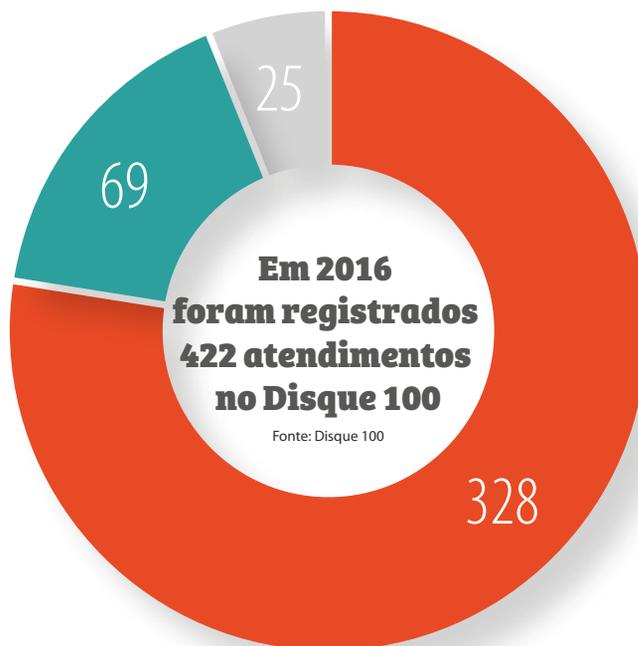
espaço garantido e protegido contra ações preconceituosas. “Eu não poderia, na concepção de vida dele, investir em sonhos mais altos. Sonhe, moderadamente, porque você é negra”, recorda-se do que dizia.

Hoje, com a carreira consolidada – a jornalista é também editora da Revista Evoke e colabora para o Congresso em Foco e Jota, de notícias jurídicas, – ela não se diz imune ao racismo. “Agora, de certa forma, avalio que eles me engolem. Ou, melhor, eu engoli a todos”, diz. Ao longo de carreira, a jornalista enfrentou episódios surreais de assédio e racismo.

Explica que, no início da profissão, foi surpreendida pela chefe, que a abordou no meio da redação com uma proposta que classificava como “irrecusável”. “Falou que a empregada que cuidava da filha dela não podia dormir no trabalho e me propôs que eu fosse ser babá”, relata. Na época, com 19 anos, “não acreditei no que estava

ouvindo, até porque a minha chefe dizia que a proposta se encaixava certinho no meu perfil. Por que? Porque eu sou negra?”, se pergunta.

Segundo Basília Rodrigues, a profissional sequer percebeu que estava sendo racista. “Na concepção dela, eu estava tendo uma oportunidade”,



- Racismo e injúria racial envolvendo a população negra
- Violações de direitos de Povos e Comunidades de Matriz Africana, Quilombolas e Ciganos
- Outros



lamenta. As mulheres negras no Brasil são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas, de acordo com os dados de 2015 extraídos do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.

Em agosto de 2017, a repórter enfrentou nova situação em que se sentiu constrangida e assediada. Desta vez, pelo parlamentar Wladimir Costa (SD-PA), conhecido como o deputado da tatuagem, por ter escrito o nome do presidente golpista, Michel Temer, no ombro direito.

Basília, na cobertura de um evento, questionou se a imagem era verdadeira e se ele poderia mostrar para simples conferência. Ele respondeu com uma frase machista, misógina e antiética: “para você, só se for de corpo inteiro”.

“Cheguei em casa com a frase latejando em minha cabeça e não aguentei. Escrevi um texto sobre a idiotice”. O texto, publicado no perfil do Facebook da jornalista, fala da idiotice de um deputado e de uma imprensa que precisa rir para manter a fonte.

Costa, após o ocorrido, publicou nas redes sociais fotos da jornalista com um texto no qual dizia estar sendo acusado de assédio. Escreveu: “pelo que eu entendi, um suposto assédio moral, porque me acusar



Foto: Renato Alves

Basília Rodrigues: com carreira consolidada em 10 anos de profissão, revela: “...eu engoli a todos”

de assédio sexual, vocês podem ver pelas fotos que não tem a menor condição, já que ela está a mil por cento fora dos padrões estéticos idealizados, desejados por um homem e uma mulher”.

O fato a fez refletir sobre o que o pai dela lhe disse no início de carreira: “era desse tipo de gente e de situação que ele tentava me proteger. Hoje, eu entendo”, reconhece.

Pioneirismo

“Diretamente por conta da pirâmide social, a mulher negra, desde a época da escravidão, foi obrigada a cuidar dos filhos da branca”, avalia Kenia Maria, a primeira defensora dos Direitos das Mulheres Negras no mundo, pela ONU Mulheres Brasil.

A organização foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres

ONU MULHERES 50-50

ONU Mulheres lançou a iniciativa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, com compromissos concretos assumidos por mais de 90 países. Construir um Planeta 50-50 depende que todas e todos – mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação – trabalhem de maneira determinada, concreta e sistemática para eliminar as desigualdades de gênero.

Para Cristiane Sobral,
ela frustrou a sociedade

e abriu a frente Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, para priorizar e atender a urgência de defesa e visibilidade das mulheres negras. “No Brasil, não conseguimos reconhecer o racismo”, avalia.

Figuras como Lázaro Ramos, Taís Araújo e, mais recentemente, Erica Januza, que interpreta uma juíza em uma novela da TV Globo, e Gabriela Dias, atriz, são exemplos de atores negros que ocupam a mídia. Gabriela Dias é filha de Kenia Maria e possui em canal do Youtube, o Tá bom pra você, uma websérie da família do ator Érico Brás, seu padrasto”.

O programa comemorou cinco anos, com campanha contra o racismo, além de reivindicar, por meio de jornais e revistas, maior representatividade de negros na publicidade. “Somos mais da metade da população do país e consumimos mais de R\$ 1,5 trilhão por ano. Mas estamos representados em

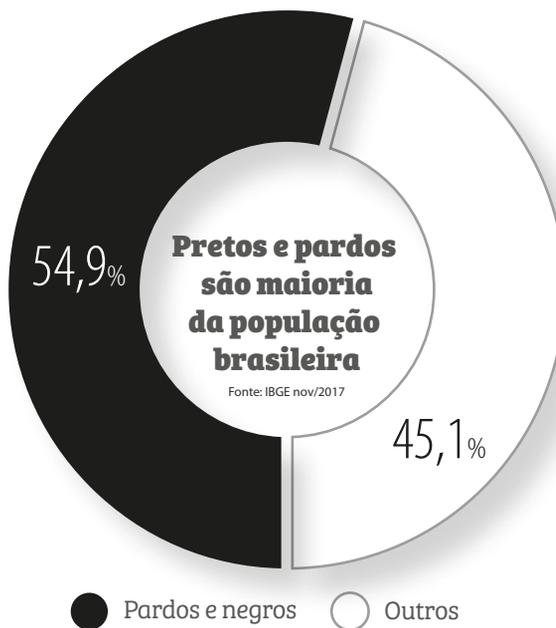
apenas 4% da produção audiovisual brasileira, inclusive, na publicidade. E se a gente parar de comprar?”, questiona Kenia.

A questão é quebrar os estereótipos e estes estão sendo derrubados por figuras como Kenia, Basília e

Cristiane. “Eu sou uma negra fracassada. Não sou prostituta, não casei e tive cinco filhos. Não cumpri o que estava programado para mim”, ironiza Cristiane.

Segundo a atriz, os avanços existem, mas ainda há muito na sociedade a ser superado. “Hoje em dia, o racismo está saindo do armário. Estamos vivendo outra etapa, porque enquanto a negra era a empregada estava tudo bem, no quarto dos fundos. Agora, quando a negrinha é amiga da filha e faz faculdade de Direito também, você não entende isso. Quando ela passa num concurso e o seu filho não, o racismo aparece nitidamente. Quando seu filho traz a namorada, que você podia dizer que não tem nível, e agora ela é médica, você vai falar o quê?”, provoca.

Kenia Maria: estamos em apenas 4% da produção audiovisual brasileira



UM NOVO FEMINISMO OU UM FEMINISMO QUE SE RADICALIZA?



Ensaçando ideias

É comum na literatura feminista, em especial sobre a América Latina, recorrer para discutir trajetórias, à figura de ondas, ou seja, tendências que em tempos específicos seriam mais destacadas, o que não necessariamente implicaria em abandonar mares navegados em tempos anteriores. Carla Rodrigues (2018)¹ bem reflete sobre a propriedade e limites de tal forma de pensar o feminismo, considerando fluxos e refluxos de orientações políticas, mas advertindo que não há que pensar em ondas como um começar de novo, “porque ondas varrem do solo as marcas do passado” ou como modas. O direito à igualdade, em especial de oportunidades em distintas dimensões, como nas cidadanias política, civil e social são, por exemplo, bandeiras agitadas por feministas históricas desde o século XIX (ver Goldman, 2014)², reavivadas em 1975 no Congresso promovido pela ONU, sobre direitos das mulheres, no México, mas que também estavam na agenda feminista do Congresso sobre direitos das mulheres em Beijing, 1995, quando uma segunda onda mais se firmava, o direito à diferença e ênfase em direitos sexuais e reprodutivos.

Há controvérsias sobre caracterização das ‘ondas’. Algumas autoras se referem à ‘segunda onda’, no caso do Brasil, pela tônica de redes e oposição ao Estado, lembrando que nas décadas de 1960/1970 o continente latino-americano estaria padecendo sob botas militares. Já uma ‘terceira onda’, quando de aberturas democráticas, enfatizar-se-ia institucionalização, ou ocupar espaços no Estado por políticas e representação. Fala-se que a ‘quarta onda’, hoje, sinalizaria a recorrência aos avanços da sociedade de informação e o debate sobre a relação entre sexo e gênero, questionando o determinismo biológico e o binarismo homem/mulher, quando o feminismo mais se aproxima dos movimentos LGBTTQ, e do debate sobre culturas *queer*, ou indeterminismos quanto a orientações sexuais³.

Ora tal classificação de tendências em destaque como ondas é relativa e pede mais debate do

que me proponho aqui (ver, entre outros, Pinto 2003)⁴ inclusive porque o feminismo nunca foi monolítico, pautando-se por diversas orientações político-culturais, com disputas em certos períodos acirradas entre, por exemplo, feministas que se consideravam autônomas e aquelas com relações a partidos e sindicatos, o que durante a ditadura militar mais se complicava, pois se algumas priorizavam protestos por aborto e direitos sexuais e reprodutivos outras consideravam prioritária a luta contra a ditadura e seus sócios, o mercado e a mídia. Segundo Alvarez (2014)⁵ sobre os anos 1960/1970 no Brasil:

Demarcar um espaço político próprio [no feminismo] representou um “difícilíssimo paradoxo”, como sugere Celi Pinto:

ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma como um sério desvio pequeno burguês (Pinto, 2003:45).

E sem dúvida alguma, esse espaço viabilizou a tradução de questões tidas como privadas em assuntos políticos – eixo discursivo norteador dos feminismos desde esse primeiro momento em diante. Porém a representação “autonomista” do feminismo tende a apagar o fato de que, desde os seus primórdios nos anos 1970, ele constitui um campo discursivo de ação heterogêneo, mesmo que relativamente reduzido em sua extensão horizontal e com uma articulação vertical – em direção ao Estado – nula evidentemente, dado o contexto ditatorial.

Brasil pós Golpe de 2015

Defendo que há sim algo novo, no feminismo, ou melhor renovado, que seria insistir em ganhar as ruas, e tentar mais radicalidade, brigando contra distintos poderes, em especial entronados no golpe, ainda que velhas rixas político-partidárias ou apartidárias se reproduzam.



A mobilização de jovens mulheres e homens, nas redes e nas ruas, sugere resistências diversas, alinhadas à crítica da biopolítica⁶, ou seja, um capitalismo que sequestra corpos, realiza-se por asujeitamentos do corpo, da sexualidades e discriminações segundo inscrições étnicoraciais, além da exploração básica à clássica luta de classe no terreno da economia.

Muitos à esquerda se preocupam com a tendência das mobilizações de mulheres ante retrocessos, com ênfase em direitos sexuais e reprodutivos, usando o corpo como linguagem e território a ser conquistado, em especial o corpo negro, codificando-a como lutas “identitárias” e que essas não necessariamente questionariam o capitalismo em sua fase de barbárie, mais esgotando-se em políticas e direitos específicos.

Ora o tema é complexo. Defendo que correntes feministas, como a emancipacionista que reivindica políticas sociais e luta pelo socialismo⁷ e a insecionista, mais elaborado no feminismo negro⁸, que conjuga debates entre classe, gênero, geração e etnicidade/raça, estão por um corpo eu, no aqui e agora e um corpo nação, a ser transformado. Consideram que raça e gênero são estruturantes da classe (Davies, 2017)⁹ e que raça, gênero e sexualidade seriam partes de processos sociais de subjugação que ganham *momentum* na atual fase capitalista/golpista/neoliberalista com o ataque a direitos conquistados por distintas populações no Brasil.

A ocupação de espaços por vozes públicas plúrais sobre direitos de 4ª geração, vem se gestando há algum tempo. Contrário às profecias autocumpridas de que os e as jovens não querem saber de política e que as que militam no feminismo se concentram em grupos autonomistas, rejeitando engajamento em partidos e grupos político-partidários ou sindicatos, são evidências da ampliação de mulheres com orientação feminista e ante racista nessas organizações e presença de bandeiras partidárias e de sindicatos em manifestações por direitos das mulheres.

De fato, algumas correntes feministas ainda se caracterizam por privilegiar temas na micro política e defender posição de autonomia em relação a organizações político-partidárias, contudo cada vez

mais, muitas dessas viriam relacionando restrições a liberdades existenciais, a seus corpos e desejos a uma noção de patriarcado, que não se afirma somente na micro política ou nas relações cotidianas entre homens e mulheres. O Golpe de 2015 vem indicando que o patriarcado como processo, macro, se realiza via Estado não democrático que corta políticas distributivas de serviços e poda a representação de mulheres em postos de poder; realiza-se via mercado que coisifica relações e subjetividade, “objetificando” corpos femininos; realiza-se por fundamentalismos religiosos, que disciplinam corpos por violências inclusive simbólicas, ou seja, aquelas em que as vítimas colaboram em sua opressão, por gratificações como culpas, martírios e promessa de ganhar o céu¹⁰.

Se há novos ares políticos entre autonomistas, as feministas em dupla e tripla militâncias também vêm subvertendo dogmas, entrelaçando à classe, raça e gênero. Os núcleos feministas, os núcleos LGBTQ e os núcleos de entidades do movimento negro relacionadas a partidos à esquerda, e sindicatos além de sua maior visibilidade, vêm questionando ‘ortodoxias’, ou teorias sem chão, carne e sensibilidade para múltiplas relações sociais/sexualizadas.

Por exemplo, há algum tempo estão nas ruas por direitos vários, as mulheres trabalhadoras rurais. Sobre a Marcha das Margaridas (que acontece desde 2011, geralmente em agosto) reflète Biroli (2015), ilustrando como autonomia individual não necessariamente estaria desassociada de um projeto de transformação de sistemas de relações sociais de exploração econômica:

Nos dias 11 e 12 de agosto, milhares de mulheres manifestaram-se em Brasília na 5ª Marcha das Margaridas – as estimativas oscilam entre 30 mil e cerca de 100 mil mulheres. As marchas anteriores aconteceram em 2000, 2003, 2007 e 2011. Em todas elas, um diagnóstico crítico agudo da posição das mulheres trabalhadoras, em especial das mulheres camponesas, foi apresentado juntamente com uma pauta rica em propostas.

Sua compreensão radical dos limites comuns à democracia e à igualdade de gênero é uma demonstração do grande potencial dos movimentos de mulheres e feministas. “Trata-se de democratizar o Brasil”, dizem, “a partir dos horizontes utópicos do feminismo e da política”.

Nas vozes das Margaridas, que se definem a partir da vivência e luta de mulheres articuladas em suas atividades como trabalhadoras, sindicalistas e líderes de movimentos sociais em diferentes partes do país, direito ao trabalho, direito ao corpo e reestruturação dos âmbitos produtivo e reprodutivo da vida aparecem necessariamente conectados. O horizonte utópico do feminismo que enunciam é o de uma democracia exigente, orientada pelos valores da autonomia e da igualdade.

Arrisco-me a dizer que, como nas melhores abordagens e ações feministas, a autonomia individual permanece como valor, mas tem seu sentido transformado e fortalecido pela afirmação de que não se realiza em abstrato – não há autonomia sem direito ao trabalho e à renda – e por propostas calcadas em visões solidárias e coletivistas para a resolução das questões ambientais e das diferentes formas de dependência pelas quais as mulheres têm sido responsabilizadas. Trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e cuidado são expostos nas suas conexões. As soluções justas para os impasses que assim se apresentam são aquelas nas quais a autonomia das mulheres não é rifada em nome “da família”, assim como as condições de vida das populações locais e sua capacidade para tomar decisões sobre o que as afeta não são sacrificadas em nome “do desenvolvimento”.

Os trechos abaixo, que fazem parte dos documentos apresentados pelas Margaridas ao Governo Federal e ao Congresso Nacional neste agosto de 2015, dão uma ideia da força que resulta dessa crítica radical da opressão às mulheres no Brasil hoje:

“Nós, mulheres, vivemos numa sociedade machista que se apropria do nosso trabalho e nosso corpo e nega nossa autonomia”

“A autonomia econômica significa para as mulheres do campo, da floresta e das águas ter

independência financeira, isto é: capacidade de sustentar a si mesmas e as pessoas que delas dependem; ter acesso a políticas públicas e aos recursos necessários para produzir; ter controle sobre o seu tempo, e, também, ter o controle sobre o próprio corpo e sua vida. Em outras palavras, ter liberdade de decisão, serem donas dos seus destinos e das suas vidas. Com este entendimento, para compreender o significado de autonomia econômica, é fundamental reconhecer o trabalho das mulheres e questionar a divisão sexual do trabalho”

“Defendemos outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, que tem como pilares estruturadores a realização da reforma agrária ampla e massiva e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover soberania alimentar, com condições de vida e trabalho dignos”

“A vivência de forma livre da sexualidade é compreendida por nós como parte fundamental da autonomia das mulheres. Esse é um debate que precisa ser retomado, para lembrar que o prazer não está necessariamente ligado à gravidez e questionar a hipocrisia da sociedade, e especialmente dos homens, que enaltece as mulheres nuas em revistas, propagandas e condenam a livre expressão da sexualidade feminina. O direito à livre orientação afetiva sexual tem sido reivindicado na sociedade brasileira, mas são muitas as denúncias de intolerância. As práticas de homofobia e lesbofobia se manifestam a partir de atitudes e práticas discriminatórias, de repressão e violência às/aos homoafetivos(as), que fogem ao padrão heterossexual. Nós mulheres viemos sofrendo, ao longo da história, violações ao direito ao nosso corpo e ao modo de viver a nossa sexualidade”

“O padrão de beleza e a ideia de saúde da mulher disseminada pela mídia revelam a mercantilização do corpo das mulheres, para o qual há um amplo mercado de produtos direcionados às mulheres em suas diferentes épocas da vida, desde a juventude à terceira idade.

As mulheres do campo, da floresta e das águas estão sujeitas a muitos tabus e discriminações, também



estando expostas a essa lógica de mercado que compõe e fortalece a realidade de violência a que estamos expostas em nosso cotidiano” (in BIROLI, Flavia, 2015)¹¹

A hipótese, a mais desenvolver em estudos futuros, é de que com o golpe em 2015 e perda de direitos inclusive no plano da institucionalidade, ganha-se em radicalidade no movimento feminista, ou seja, perde força a orientação por políticas públicas e presença na maquinaria estatal, embora tal campo, ainda que seja bem temperado por um importante ativismo, e mais se amplia o enfrentamento em relação ao governo, e questionamento de possibilidades de mudanças quanto aos quadros de desigualdades sociais, por classe, raça e gênero, nos limites do capitalismo.

Ganha força a biopolítica, que tem no corpo modelação para a resistência, o que, se insiste, associa protestos por direitos sexuais, seu corpo, sua etnicidade/raça, ao questionamento ao Estado, o estado de coisas da nação.

De comum a um conjunto plural viria nestes últimos tempos se afirmando a preocupação com o tomar as ruas e sair de guetos. Ou seja, alguns grupos feministas vão além de uma perspectiva identitária auto contida ou nos limites do sistema político atual, e não ao azar entre esses se destacam grupos, como de mulheres negras, de sindicatos rurais e relacionados a questões da propriedade da terra e exploração de trabalho no campo, de sindicatos urbanos com orientação classista, como a CTB e/ou aquelas com vínculos a partidos de esquerda, como a União Brasileira de Mulheres (UBM).

Não ao azar 1917 foi designado como o ano do feminismo no mundo e nesse dando-se destaque às mobilizações, como na de janeiro, contra Trump. Eram muitos os e a as jovens nas mais de mais de 670 manifestações marcadas em mais de 20 países contra o governo Trump. E mais uma vez se teve jovens não necessariamente fixando-se só em uma agenda para mulheres, mas também protestando contra a orientação discriminatória e xenófoba do presidente. “Imagens aéreas mostram ruas lotadas de pessoas que protestam contra a misoginia, a

homofobia, o racismo e a intolerância religiosa”. Mas a Marcha decolou simbolicamente da sexualidade, do pessoal-político:

Boa parte das manifestantes vestiu um gorro cor de rosa com orelhas de gato, que se tornou um símbolo das mulheres que criticam Trump. O gorro é conhecido como pussy hat, um trocadilho com a palavra pussycat. Em inglês, pussy pode significar tanto gatinha ou gatinho como o órgão sexual feminino, em linguagem vulgar.

Trata-se de uma referência ao áudio de 2005 que foi vazado durante a campanha eleitoral e no qual Trump afirma que, “quando você é uma estrela, [as mulheres] deixam você fazer o que quiser. Você pode agarrá-las pela pussy”¹².

Nas fotos dos protestos das mulheres contra Cunha, no Brasil, em novembro de 2015, se a referência básica era contra o Projeto de Lei nº 5.069, de autoria de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e patrocinado pela bancada religiosa, com o objetivo de complicar o acesso legal ao aborto, quando o estupro é uma das poucas condições que permitem que uma mulher receba orientações médicas, para, se quiser, realizar a interrupção da gravidez de forma legal no Brasil, também cartazes com uma plêiade de consignas, como contra o racismo, contra o governo Temer, contra fundamentalismos como o que excomungou o feminismo com o simplificado epíteto de ser uma “ideologia de gênero”. O segundo ato #Mulheres ContraCunha, chamou a atenção para o aumento de 54% do feminicídio de negras:

Eram frequentes cartazes com dizeres como “Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta” e “Cunha, o inimigo número 1 da mulher”. Além disso, as manifestantes também entoaram cantos pedindo a cassação do mandato do deputado, investigado por corrupção e lavagem de dinheiro¹³.

No 8 de março de 2017 os protestos de rua focalizaram violências contra as mulheres, a reforma

da previdência e o racismo, entre outras pautas. Já para 8 de março de 2018 se desenha uma greve geral sob o lema “Se não respeitam nossos corpos não produzimos para vocês”.

O enfrentamento da barbárie contemporânea pede radicalismos contra a chamada onda conservadora que corre o mundo. Mais que onda tais tempos bem se enquadram nas figuras cunhadas pelo filósofo Giorgio Agambem, a “tanatopolítica” - a política da morte – ou a ‘necropolítica’¹⁴ e a produção de “vidas descartáveis”¹⁵ via a xenofobia, o racismo institucional, as guerras imperialistas, o neocolonialismo, o neopatriarcalismo com a figura extrema do feminicídio, a homo/lesbo/transfobias e os crimes de ódio contra o povo LGBTTTQ, assim como, o fundamentalismo religioso.

Insisto: avaliações sobre fragmentações e rejeição de formações clássicas de movimentos sociais não vêm resistindo às materialidades, impostas na história, a conjunturas. Por outro lado diversidade de posições no movimento negro, no movimento feminista e nos de direitos LGBTTTQ vem alertando que nem todos e todas que estão em movimentos sociais que focalizam o racismo, a homofobia, o patriarcado e as relações de classe podem ser chamados de movimentos por identidade, que se acomodam na tipologia de ‘novos movimentos’ ou decolam e aterrizam no eu, ou seja seriam autocentrados, indentitários ou fragmentados.

Na recente marcha das mulheres em Florianópolis quando do Congresso Fazendo Gênero (início de setembro de 2017) em que estavam cerca de 10 mil pessoas, a maioria mulheres jovens, impressionava a combinação de frentes de luta, a presença de ativistas feministas negras, e o grito em uníssono de “Fora Temer”, misturados a consignas específicas.

Não há que sermos ingênuas a ponto de achar que tais pontes entre as chamadas lutas específicas e gerais, críticas ao sistema, que estou batizando de “interculturapoliticidades” sejam de fácil construção. Ao contrário, é marca destes tempos, a criação de redes de movimentos sociais antagônicos a fundamentalismos e a ditadura de poderes como a do

executivo, legislativo, mídia e judiciário para o agenciamento da governabilidade golpista.

Rede de movimentos sociais, sem aparelhamentos; nexos entre movimentos sociais e partidos à esquerda; nexos entre militância presencial e *cyber* militância são desafios destes tempos à construção do novo.

Estamos em cenário de des-políticas públicas, ou políticas que asfaltam privatizações, que corroem a tônica por um ensino laico, contra o analfabetismo político e com espaço para o pensamento crítico. São ilustrações de des-políticas públicas a chamada reforma do ensino médio, a abolição dos conceitos de gênero, sexualidade e discriminação racial do PNE, e as alterações na calada da noite de 10 de junho da LDB, instituindo a não obrigatoriedade no ensino médio de disciplinas como Sociologia, Filosofia, Arte, Educação Física, Música e no ensino básico, a não obrigatoriedade do ensino, de cultura afro-brasileira e a desobrigação do estado com a universalidade e gratuidade do ensino básico. Também, a reforma das leis trabalhistas tornará mais precárias as oportunidades de trabalho para jovens e mulheres. Este é hoje o cenário para se refletir sobre a urgência de um protagonismo plural e da importância de elos, redes de resistência.

O que há de novo no feminismo é seu movimento de constante renovação, orientando-se para a radicalidade, de acordo com desafios de tempos, como o presente, recuperando seu sentido dialético, entre construções, agenciamentos em movimentos sociais diversos à esquerda e em movimento, nas ruas com marcas de gênero, raça e classe, como sistemas sociais a serem questionados.

Mary Garcia Castro

PhD em Sociologia. Aposentada da UFBA; pesquisadora da FLACSO-Brasil; membro da diretoria da UBM-União Brasileira de Mulheres.



Referências bibliográficas:

1. RODRIGUES, Carla "2017, O Ano das Bruxas em Ação" in **Le Monde Diplomatique Brasil**, janeiro 2018.p 4
2. GOLDMAN, Wendy **A Mulher, Estado e Revolução. Política familiar e vida social soviética, 1917-1936**, Boi Tempo ed, São Paulo, 2014
3. Sobre movimento *queer*, ver entre outros: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010; MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP, 2012; e BUTLER, J.". **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013
4. PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003
5. ALVAREZ, Sonia **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.43, pp.13-56. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. - consultado em 22.1.2018
6. "O debate acerca da *biopolítica* se intensificou nos últimos ano Com este termo, conforme a professora **Laura Bazzicalupo**, "designamos a importância crescente da vida e do corpo na gestão política". Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ela destaca que, com a modernidade capitalista, "o **poder político** está instalado nas vidas para fortalecê-las e governá-las, para ganhar produtividade máxima". Com isso, o poder acaba tomando conta dos corpos e de sua regulação." (in <http://www.ihu.unisinos.br/575024-formas-e-mediacoes-juridicas-tradicionais-sao-inadequadas-entrevista-especial-com-laura-bazzicalupo>–
Nessa entrevista, segundo Bazzicalupo: "A **teoria liberal se baseia** na separação entre o **público e o privado**. Muitas questões – desde o **direito de família** até a **legislação trabalhista**, de saúde ou de **questões raciais e de identidade de gênero** – demonstram que esta separação não resiste. Problemas do corpo vivo são públicos e, ao contrário, atores políticos públicos – por exemplo, no **populismo** – contam com elementos privados para se afirmar. O enfraquecimento desta separação, que fundamenta toda a teoria política moderna, manifesta-se tanto na **crise do direito** como na **crise da representação política**." Ver Bazziicalupo. "Biopolítica, um mapa conceitual" Ed Unisinos, São Paulo, 2017
7. Ver material de autoras ligadas a Uniao Brasileira de Mulheres, como os publicados na Revista Presença da Mulher, como por exemplo Ana Rocha, Loreta Valadares, Clara Ribeiro e Mary Garcia Castro
8. Ver entre outros, material publicado por Suely Carneiro e Djamilia Ribeiro no portal do Geledes
9. DAVIES, Angela **Mulheres, Raça e Classe**, São Paulo, Boi Tempo, 2017
10. Sobre violência simbólica ver BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. São Paulo, Bertrand Brasil, 1999
11. BIROLI, Flavia, "O feminismo como projeto transformador: as vozes das Margaridas" Publicado em 28/08/2015. In <https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/28/o-feminismo-como-projeto-transformador-as-vozes-das-margaridas/>
12. <https://www.cartacapital.com.br/internacional/marcha-das-mulheres-reune-milhares-contra-trump-em-todo-o-mundo>
13. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ato-de-mulheres-contra-cunha-foca-em-racismo-6625.html>
14. Conceito cunhado por Achille Mbembe, ver Mbembe - <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993> - ARTE & ENSAIO N 32, 2016
15. Ver AGABEN, Giorgio **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009

Reforma Política: os homens deram pra trás

No Brasil, as mulheres respondem por cerca de 52% do eleitorado nacional. No entanto, apenas 10% das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados são ocupadas por parlamentares do sexo feminino. No Senado, elas ocupam 16% das 81 vagas (são 13 senadoras). Para ampliar a participação de mulheres, os partidos progressistas incluíram diversos mecanismos na proposta de Reforma Política para diminuir essa disparidade – medidas que, no final das contas, não foram aprovadas pela casa.

A proposta de Emenda Constitucional 134/15 é uma delas: reserva uma cota de vagas para as mulheres na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais, pelo menos 10% na primeira eleição depois da aprovação da PEC, 12% na segunda e 16% na terceira. Está pronta para votação em Plenário desde 2016. A ideia inicial dos deputados era estabelecer cotas para as mulheres no sistema de listas fechadas, mas com a aprovação do voto majoritário, o chamado "distritão" para deputados federais e estaduais e vereadores, a proposta não foi adiante.

A senadora Fátima Bezerra (PT/RN) destacou a importância de se discutir com a sociedade o percentual mínimo de cadeiras nas

representações legislativas em todos os níveis federativos.

"A medida abrange a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. Essa é uma causa que pertence a todos, homens e mulheres", enfatizou. Ela também defende a alternância de gênero (um homem, uma mulher) no sistema de listas fechadas previstas na reforma política.

"O Parlamento deveria expressar a pluralidade da sociedade, mas não é o que acontece. Os negros e lgbs também vivem esse processo de exclusão das esferas de poder. Os trabalhadores e sindicalistas enfrentam diariamente uma maioria parlamentar composta por empresários e representantes do empresariado,

embora os trabalhadores sejam maioria na sociedade. Tudo isso demonstra que é preciso avançar no debate de classe, gênero, raça e orientação sexual na sociedade brasileira, do contrário uma minoria rica continuará definindo os rumos do Brasil e fazendo do Estado um instrumento de proteção de privilégios e de negação de direitos." afirma a senadora.

De acordo com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), os parlamentares até demonstraram alguma simpatia pela causa da inclusão das mulheres, mas na hora de aprovar as mudanças, deram pra trás: "Nós tínhamos uma PEC, que no senado era de número 98 (depois se tornou a PEC 134/15). O que era muito pouco mas nós conseguimos fazer um acordo para que

“

Estava tudo certo, mas no dia programado para votar, eles simplesmente não votaram...

Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

”



Foto: Agência Senado

Das 27 unidades
federativas,
somente

13

são representadas
por mulheres no
Senado Federal

Fonte: Estudo Mais Mulheres
na Política/2016

fosse aprovada. Depois foi para a Câmara. E estava tudo certo, mas no dia programado para votar, eles simplesmente não votaram, porque disseram que as bancadas não concordavam em votar”.

Para a senadora, essa resistência tem um motivo muito claro: perda de poder por parte deles: “Eles dizem que as mulheres não estão lá porque não querem, não se candidatam porque não querem, no fundo sabem que não estamos porque não temos espaço nem nos partidos nem lugar nenhum”, avalia. Grazziotin ressalta: “Nós já fizemos muitos estudos, já demonstramos, eles têm ciência disso: de que os países onde a presença das mulheres avançou foi exatamente por conta destas políticas afirmativas”.

Preconceito

A discriminação pura e simples ainda é uma barreira para as mulheres. “Os partidos se fecham para as mulheres. Onde há exceção, as mulheres avançam. Nós, do PCdoB temos na presidência nacional uma mulher, 40% da nossa bancada federal é de mulher. Quando se abre o espaço, a mulher evolui”, relata Vanessa Grazziotin. Ela explica que o machismo é muito forte em partidos conservadores: “Nós vivemos no século 21 como se estivéssemos no século 19. A mulher penalizada pela sua função da maternidade, pela a sua situação de gênero, não dá mais para convivermos com este tipo de coisa e estas reformas que estão vindo por aí, consolidam ainda mais esta discriminação. No mundo do trabalho, na divisão de tarefas, está muito difícil para as mulheres. Sentimos um retrocesso no ar”.



Foto: Agência Senado

“

Essa é uma causa
que pertence a todos,
homens e mulheres.

Fátima Bezerra (PT-RN)

”

SUBREPRESENTAÇÃO DAS MULHERES EM COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES

O quadro de subrepresentação das mulheres no Brasil é ainda mais delicado quando comparado a outros países. A ONU Mulheres, em parceria com União Interparlamentar (UIP), divulgou em 2017 um *ranking* da participação delas no Congresso. O estudo analisou 174 países e o Brasil ficou na 154ª posição.

Segundo os estudos do Inter-Parliamentary Union, organização internacional que compara a representação das mulheres nas Câmaras baixas de 193 países, a Câmara brasileira ocupa a 153ª posição.

O Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), elaborado com base no banco de dados primários do Banco Mundial (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), também coloca o Brasil numa posição ruim: o país ocupa a 115ª posição no *ranking* mundial de presença feminina no Parlamento dentre os 138 países analisados.



Foto: Fernando Frazão - A3br

Retrocessos nos direitos das mulheres

A PEC 181/2011, que proíbe completamente o aborto no Brasil, mesmo nos casos de estupro, é uma das que mais tem preocupado as mulheres e os movimentos progressistas. A Anis, organização feminista, não-governamental e sem fins lucrativos, vem se destacando por atuar abertamente em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres e pela descriminalização do aborto. Veja a seguir como a entidade se posiciona diante dos ataques recentes.

No ano passado tivemos a PEC 181/2011 que, com a desculpa de ampliar o prazo de

licença-maternidade de 120 para 240 dias às mães de bebês prematuros, queria proibir todos os tipos de aborto. O texto base foi aprovado por 18 votos a 1, recebendo apoio da bancada evangélica. Como vocês avaliam esse retrocesso? Quais os motivos que nos levaram a esse ponto?

A PEC que inicialmente tratava da ampliação da licença-maternidade para as mães de filhos prematuros, foi alterada, passando a propor em seu texto a definição de que a vida se inicia a partir da concepção, abrindo assim a possibilidade de uma eventual proibição do aborto em todos os casos, inclusive os já assegurados

por lei, como os de aborto em caso de gestações decorrentes de estupro. A atual PEC 181 é resultado da articulação de forças políticas conservadoras do país. Ela surge com o intuito de atender as demandas de restrição dos direitos das mulheres da bancada evangélica, e de pequenos grupos antiaborto que se reúnem em torno dessa pauta. Essa articulação não é nova, o avanço e fortalecimento dessa pauta já vem de longa data dentro dos setores conservadores do país, o que temos de particular aqui é que, nesse momento, esses grupos encontraram uma maneira perversa de incluírem disfarçadamente a pauta, já recorrente, antiaborto

em uma proposta de lei com tramitação avançada. O avanço da PEC, além de frear o debate sério sobre aborto e sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ainda abre precedentes para a retirada dos direitos já estabelecidos.

Sobre a história da Rebeca Mendes, que pediu na Justiça o direito de abortar e, ao ser negado, viajou para a Colômbia onde realizou o procedimento: inúmeras brasileiras passam por histórias semelhantes mas não tiveram o mesmo apoio de viajar para poder realizar o aborto. Qual foi o impacto do caso dela? Vocês estão recebendo muitos pedidos de ajuda para abortar? Em caso positivo, como vocês estão lidando com as mulheres que procuram vocês?

A história dela é semelhante a de tantas outras mulheres, mas é também bastante singular. A maioria das mulheres que enfrenta essa realidade, passa por ela no silêncio da ilegalidade, nas sombras da clandestinidade, são histórias de medo e de insegurança. Rebeca, ao contrário, decidiu publicizar sua demanda, assumiu ser o rosto e a voz dessa causa envolta em tanto tabu e discriminação e por isso, foi convidada para participar de uma palestra na Colômbia onde pôde realizar o procedimento de forma segura e legal. Foi a coragem de Rebeca de ter assumido essa pauta que fez com que ela pudesse ter acesso a esse tipo de procedimento.

Com a história de Rebeca temos o primeiro caso no Brasil de um pedido judicial de aborto por vontade da mulher até a 12ª semana de

gestação. O caso tem alguns pontos de impacto: visibilizar a realidade do aborto clandestino é um deles. Não só escancarar o cenário de clandestinidade e risco ao qual as mulheres estão expostas, mas também mostrar que o perfil das mulheres que abortam é o mais variado possível, e inclui mulheres que já são mães, trabalham, são estudantes, e que não podem interromper seus projetos de vida e de suas famílias por uma gravidez indesejada. Estamos falando de vários perfis de mulheres, que frequentam os mais variados espaços, e que sofrem todos os dias com os riscos da criminalização do aborto. O outro ponto de impacto importante, talvez, seja que a partir do caso de Rebeca, várias outras mulheres vejam que é possível exigir da justiça brasileira as suas demandas.

Sim, nós recebemos muitas vezes contatos de mulheres que afirmam estar em situação de sofrimento por



O avanço da PEC, além de frear o debate sério sobre aborto e sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ainda abre precedentes para a retirada dos direitos já estabelecidos.



uma gravidez que não deveria ter acontecido. Depois do caso de Rebeca, tivemos um número de procura similar ao que tínhamos antes. Nossa resposta a esses pedidos é, e sempre foi, no sentido de que a forma como podemos ajudar é pelas vias legais, dando o suporte para um pedido judicial, como foi o de Rebeca, para proteger a vida e a saúde da mulher, se essa for a sua vontade.

Em 2018 teremos eleições. Como vocês vão se relacionar com os candidatos e partidos? Existe alguma carta de compromisso ou algum tipo de intervenção para pressionar os candidatos a se comprometerem com a pauta do aborto legal, seguro e gratuito ou mesmo com as questões de direito reprodutivo no geral? Quais são as estratégias de luta pra desmontar esse tabu?

Nós não temos nenhum compromisso de nenhuma ordem com qualquer partido ou candidato específico. Em um ano eleitoral, nossa atuação será como em qualquer outro ano, porém com atenção especial a como esses debates serão conduzidos. Dessa forma, nossa principal estratégia será, como já vem sendo, a de evidenciar que os debates sobre direitos reprodutivos não são debates abstratos, tampouco são matéria de aceitar ou não aceitar, nem ser contra ou a favor, mas sim debates sobre direitos e leis que têm efeitos concretos na vida das mulheres e das famílias. Seguimos contando histórias sobre aborto e mostrando que proteger os direitos reprodutivos é uma forma de garantir igualdade para as mulheres.

Mulheres denunciam

ataques aos direitos da classe trabalhadora

O governo golpista de Michel Temer ataca, diariamente, a classe trabalhadora, seja por meio de reformas como a trabalhista e a da previdência, seja no enfraquecimento da legislação que visa combater o trabalho escravo e das políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

O Fórum Nacional das Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais (FNMT-CS) se organiza para enfrentar o desmonte ao lado de outras organizações nacionais e internacionais. Um exemplo exitoso foi a pressão para revogar a portaria nº 1.129, que dificultava o combate ao trabalho escravo. A mobilização popular dos sindicatos frente a diversas autoridades e à Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez com que o governo, no último dia útil de 2017, publicasse nova portaria, desfazendo a anterior. A medida acompanhou a exoneração do ministro Ronaldo Nogueira (PTB).

Reforma Trabalhista

As mulheres das centrais têm realizado atividades de mobilização e denúncias sobre a retirada de direitos com a (de)forma trabalhista. Dentre os absurdos provocados pela lei, estão: contrato intermitente; a tempo parcial; temporário; terceirização; jornadas flexíveis; assédio moral e sexual no trabalho; trabalho da gestante e lactante em locais insalubres, limitação do acesso à justiça do trabalho, além da redução do tempo de descanso intra-jornada; promoções que passam a ser por “merecimento”, dentre outros.

A luta contra os ataques esteve presente na agenda do Fórum, em 2017, para os 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, que ocorre, anualmente, em todo o mundo, pela defesa da vida das mulheres.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), é fundamental a “anulação” da Lei da Reforma Trabalhista imposta pelo governo golpista e um congresso de maioria corrupta e compromissada com o grande capital, para voltar a gerar emprego e restabelecer os direitos garantidos na Constituição.

Além disso, o governo golpista tem investido alto na destruição das políticas públicas, dentre elas, as voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos, as ações de combate





Mulheres estendem um varal com fotos de parlamentares que votaram a favor da Reforma Trabalhista

à violência contra as mulheres, as políticas de saúde, educação e assistência, com o congelamento por 20 anos dos investimentos nessas áreas. Tal ação de governo impactará, de forma direta a vida das mulheres, em especial as pobres, que dependem de políticas públicas, e trará grandes prejuízos à sociedade em geral.

Trabalho análogo à escravidão

A CUT tem denunciado aos organismos internacionais de direitos humanos, bem como, à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Organização Mundial do Comércio (OMC), inclusive com dados sobre os impactos promovidos pela nefasta reforma trabalhista que potencializa o trabalho precário e o aumento do trabalho escravo.

As perdas de direitos, somadas às mudanças estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que limita as ações de fiscalização do trabalho e tenta mudar o conceito de trabalho escravo, vêm ao encontro das exigências de setores do empresariado. Eles veem nas nefastas formas de contrato mais espaço para exploração dos trabalhadores/as e aumento dos lucros. Sabe-se que a maioria dos empresários só visa maior lucro, mesmo que isso provoque a morte de trabalhadores/as por exaustão.

Como forma de resistência, tanto os sindicatos do ramo do vestuário como dos trabalhadores rurais têm desenvolvido ações de denúncia das empresas onde são encontradas más condições de trabalho. O ramo do vestuário, além das ações de resistência e denúncia, participa de projeto coordenado pela OIT e MPT que busca sensibilizar as empresas de grandes marcas para a garantia do trabalho decente e o combate ao trabalho degradante na cadeia produtiva.

8 de março

O Fórum das Mulheres das Centrais Sindicais realizará mobilizações em torno do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que se somarão aos demais protestos em defesa dos direitos e da democracia. Também denunciará as irregularidades praticadas pelo executivo e legislativo, com a complacência de parte da justiça, em conluio com a elite que quer aumentar, ainda mais, os lucros em detrimento dos mais pobres. Para as mulheres do Fórum, é fundamental que aqueles que venderam ou pretendem vender direitos não voltem ao parlamento e ao executivo.



A drawing of a person's torso wearing a rainbow-colored garment with a red heart pendant. The drawing is done in a sketchy, artistic style with visible pencil or charcoal lines. The colors of the garment are yellow, green, blue, purple, and red. A small red heart is attached to a thin chain around the neck. The background is a light, textured grey.

Gênero e diversidade nas escolas:
regras e exceções



Eles não têm medo de ensinar questões de gênero em sala de aula

“**O**s professores de ensino básico e médio que trazem questões de gênero em sala de aula são regra e exceção. São regra porque todos deveriam estar abordando esses temas; são exceção porque é uma minoria que busca formação no tema”, relata a doutora em educação Lucélia Bassalo, que é também professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Ela explica que os professores no geral não são preparados para esses temas na graduação e eles acabam procurando materiais por conta própria para suprir necessidades que aparecem na escola.

Foi o que aconteceu com o professor Tarso de Souza Pereira, do Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, em Duque de Caxias (RJ), que leciona para os ensino médio e fundamental: “Meu interesse por gênero na sala de aula começou na escola anterior, Escola Estadual Arari-bóia. Tive um aluno que se identificava como ‘travesti’, e pedia que fosse tratado no feminino, o que apenas eu, dos funcionários todos da escola, fazia”. Tarso relata que quando ficou sabendo que ele era impedido de usar o banheiro porque não podia entrar no feminino, e no masculino sofria agressão dos colegas, decidiu que já era passada a hora de trabalhar gênero. “Procurei material *online*, isso ainda em 2011, e havia muito pouco disponível, foi quando uma amiga me mostrou o filme *Transamerica*, de 2005, e achei fantástico pela oportunidade de trabalhar diversos temas, como prostituição, uso de drogas e a questão de gênero. De lá pra cá tenho procurado incluir debates, filmes (tanto longa metragens quanto curtas, se possível) e textos. Pra mim, que leciono Língua Portuguesa e Produção de texto, é uma oportunidade incrível”, descreve Tarso Pereira.

Os desenhos que ilustram esta reportagem foram feitos pelos alunos da professora Luiza Maria Silva de Almeida, da Escola Estadual Guilherme de Almeida, em São Paulo (SP)

Reações dos alunos e outros professores

A professora de sociologia Luiza Maria Silva de Almeida, da Escola Estadual Guilherme de Almeida, em São Paulo (SP), também procura inserir a temática de gênero, que está presente no currículo: “Levo material, peço pesquisas, faço rodas de conversa. Entre os trabalhos de destaque temos alguns realizados em grupo sobre o Movimento LGBT, também em relação a homofobia e aceitação do outro”.

Ela conta que a aceitação dos alunos foi quase unânime, mas dos colegas de profissão nem tanto: “Há alguns que não aceitam esse tipo de abordagem, apesar de não falarem abertamente, mas de tentarem demonstrar isso de forma sutil em suas falas. Na exposição de alguns cartazes dos alunos, um deles foi retirado. Os alunos me acionaram, procurei e achei em cima de um armário. Coloquei de volta e disse na sala dos professores que estava bem pregado e que não haveria desculpas dele não estar mais lá”.

Luiza Almeida relembra que houve um incidente com uma professora de língua portuguesa que, ao ver anotações na lousa, fez comentários sobre como Deus criou homem e mulher. “Os alunos discordaram, ela reagiu, disse para a direção que tinha sido desrespeitada e que eu estava colocando os alunos contra ela. Falou inclusive sobre ‘escola sem partido’. Provei que o assunto estava no currículo”, ressalta Luiza.

Tarso Pereira também enfrentou resistência da comunidade

escolar – ainda mais com o fato de ele ser homossexual assumido: “Foi o principal motivo da minha solicitação de transferência de unidade escolar. Fui intimidado e sofri assédio moral de uma das coordenadoras da escola, evangélica, por conta do meu trabalho com os ditos “temas transversais”. Alguns alunos também mostraram-se muito desconfortáveis no início, mas por ignorância. Uma vez discutido e trazendo clareza ao tema, mostraram-se inclusive mais abertos a falar sobre suas ideias, mesmo que preconceituosas e/ou intolerantes”.

“A minha **tese de doutorado** mostra isso, que o nosso preconceito, enquanto sociedade, ainda é muito grande. Vejo turmas que começam com 30 alunos e terminam com sete”, relata a professora doutora Cláudia Alves da Cruz, da Universidade de Brasília (UnB). A tese: “Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos: desafios da formação continuada em gênero e sexualidade, traz um perfil profissional dos professores do Distrito Federal com relação à temática de gênero com o intuito de melhorar a formação desses profissionais”.

A pesquisadora explica que o próprio Ministério da Educação disponibiliza cursos e materiais com essa temática, para diferentes faixas etárias, só que a procura não é grande. Cláudia atribui isso a diferentes fatores, dentre eles a própria subjetividade do professor (que tem dificuldade de lidar com o tema gênero e sexualidade), o desconhecimento da legislação e a própria

Saiba mais sobre a Tese:
<https://goo.gl/wCpXao>.





formação: “Esse tema não é proibido e pode sim aparecer no projeto político pedagógico de uma escola, que tem essa liberdade. Além disso, há uma demanda em colocar disciplinas de questões de gênero para os educadores ainda na graduação – mas na maioria das faculdades ela é optativa”, explica.

Discussão de gênero com uma estagiária de gênero não-binário

A experiência das estudantes de Letras - Língua Portuguesa, Beatriz Mendes Madruga e Luna Isaac, foi singular. Elas fizeram estágio de um semestre sobre o tema “diversidade”, que foi desenvolvido na Escola Estadual Professor José Fernandes Machado, em Natal (RN). Luna é uma pessoa de gênero não binário: identifica-se com o gênero feminino, mas não como mulher. Usa Luna e pronomes femininos para si mesma. Ela ficou responsável pelo tema da diversidade de gênero (e temas gramaticais também). Nas aulas, ela se apresentou já introduzindo essa questão do gênero: o aspecto binário, as diversas nomenclaturas, a existência de pessoas que não se identificam com os termos binários. Ela levou materiais que falavam de transexualidade, homossexualidade, sujeitos transgênero, contos e vídeos.

Segundo Beatriz, a recepção dos alunos foi boa – exceto por um aluno que resistiu um pouco em chamá-la de “professora”, e insistiu para saber qual era “o nome dele de verdade”. “Mas isso foi apenas no primeiro dia, e possibilitou que a discussão sobre gênero se estendesse, e ela falasse ainda mais abertamente sobre sua condição”, pontua Beatriz.



Resultados positivos

O professor Tarso registra que aulas com questões de gênero apresentaram bons resultados, sobretudo com alunos mais velhos: “Tive a oportunidade de acompanhar algumas turmas em anos seguidos, e como sempre faço meus trabalhos transversais na mesma época, pude perceber o amadurecimento da maior parte dos alunos e uma maior receptividade”. Para a professora Luiza, sempre há melhoras, principalmente em relação aos meninos que são héteros: “Eles deixam as piadas, os risos. Meninas lésbicas se assumem. Vários alunos compareceram pela primeira vez, seja para participar, seja para assistir, a Parada Gay”.

Na avaliação de Luna, a discussão de gênero feita por uma pessoa de gênero não-binário suscitou uma convivência de maior abertura, maior empatia, os alunos pareciam mais à vontade ainda do que antes: “No geral, os alunos também sentiram-se à vontade para perguntar, para questionar se isso realmente existia, porque eles nunca tinham ouvido falar em gênero não-binário”.

Foto: Divulgação



Shanti Bhavan:

uma escola
comprometida
com as meninas

Escola ensina meninas a lidar com os desafios de uma sociedade patriarcal. Elas iniciam os estudos aos 4 anos e só saem para ingressarem em um curso superior

É em Tamil Nadu, no sudeste de Bangalore, Índia, que há 21 anos uma experiência singular na área de educação vem acontecendo: é a escola Shanti Bhavan. A maior parte dos alunos atendidos gratuitamente nessa instituição (95%) pertence à casta “dalit” (conhecidos como intocáveis). As crianças estudam em regime de internato (têm comida, abrigo e estudos) e só saem após terminar na 12ª série. Isto é, prontos para ingressarem em um curso superior. Apenas uma criança por família pode frequentar essa escola.

É um projeto que atua em diversas questões sociais: um dos critérios de seleção é a família estar

abaixo da linha da pobreza; outro, é que a família precisa concordar que a criança não seja retirada de Shanti Bhavan antecipadamente para se casar ou trabalhar. Além disso, traz um forte comprometimento com a vida das meninas, que são tratadas com equidade e preparadas para lidar com os desafios que a sociedade patriarcal impõe.

Shanti Bhavan é um projeto idealizado pelo professor e empresário indiano-americano Dr. Abraham George. Ele começou a construir a escola com recursos próprios e, depois de um tempo, passou a buscar parcerias e doações para que a escola continuasse atendendo mais famílias. A intenção dele é fazer com que

os jovens formados nesse projeto atuem como multiplicadores e que, após se estabelecerem profissionalmente, eles possam ajudar suas famílias e comunidades.

A escola foi tema do documentário “Filhas do Destino”, que acompanhou por alguns anos a vida de cinco meninas que frequentaram a escola. Também foi tema de reportagem em diversos veículos internacionais.

Para saber um pouco mais sobre o trabalho da escola com as meninas, a Revista *Mátria* entrou em contato com a escola e conversou, por *e-mail*, com o diretor de operações, Ajit George. Confira a entrevista.



MÁTRIA: O documentário “Filhas do Destino” (Daughters of Destiny) foca nas alunas. É fácil para as jovens encontrarem trabalho bem remunerado na Índia? Como a escola as ajuda a lidarem com situações de desemprego ou baixo salário?

Ajit George: Nós sempre pensamos que pobreza é o oposto de riqueza, e achamos que a solução é simples. Mas pobreza é profundamente interseccional, tanto quanto social e financeira. A sociedade patriarcal, profundamente enraizada na Índia, considera as mulheres menores, em casa e no trabalho. Isso afeta drasticamente a saúde das mulheres, situação financeira, educação e envolvimento político. As

mulheres costumam se casar jovens, rapidamente se tornam mães e estão sobrecarregadas por responsabilidades domésticas e financeiras.

Na Shanti Bhavan, nós estimulamos todos os nossos alunos para que eles assumam o controle de suas vidas e tragam mudanças positivas para suas famílias e comunidades. Com 17 anos de intervenção educacional, nivelamos o campo de jogo, permitindo que nossas crianças entrem no mercado global por mérito próprio.

Isso inclui reconhecer os desafios específicos que as nossas alunas enfrentam e proporcionar-lhes oportunidades para superar esses obstáculos. Por exemplo, antes de selecionar estudantes do sexo feminino, nós sentamos com suas famílias para explicar a importância de permitir que sua filha complete sua educação e não a retire da escola cedo para o casamento.

Além disso, para garantir que nossas estudantes tenham as habilidades que precisam para competir na força de trabalho, nós dirigimos um Clube de Liderança Feminina (Girls Leadership Club). O clube inclui as estudantes do sexo feminino da 9ª a 12ª série e é um espaço seguro para desenvolver e praticar suas habilidades de liderança, bem como se conectar com mentores, que as apoiam com orientação ao longo da vida e conexões com oportunidades de trabalho.

Sempre que nossos formados enfrentam obstáculos ou desafios, eles sabem que sempre podem chegar a Shanti Bhavan

para obter ajuda. Podemos aproveitar a rede global da organização para conectá-los com contatos que podem ajudá-los a garantir um emprego. Esperamos que todos os alunos trabalhem duro, mas estão sempre dispostos a prestar assistência, quando possível.

M: A escola ensina equidade de gênero aos alunos? De que forma?

A: Shanti Bhavan criou uma comunidade de igualdade de gênero desde o início. Isso é estabelecido quando as crianças chegam pela primeira vez à escola aos 4 anos. Em todas as interações, professores, funcionários e crianças mais velhas modelam o comportamento positivo de ambos os sexos. Nós garantimos que as meninas e os meninos sejam tratados como iguais dentro e fora da sala de aula e sempre atribuir a eles papéis de liderança e oportunidades de forma equitativa. Na assembleia, discutimos as notícias e abordamos assuntos atuais sobre questões de igualdade de gênero.

Para combater os valores patriarcais tradicionais reforçados nas casas dos nossos alunos, comecei um *Workshop* de Feminismo para Meninos, que oferece aos nossos estudantes masculinos de 15 a 18 anos a oportunidade de aprender sobre os problemas que as suas mulheres enfrentam e desafiá-los a simpatizar e a tornarem-se aliados na luta contra a discriminação baseada no gênero. Simultaneamente, nossas educadoras aplicam o “Girls Leadership Club” que ensina nossas jovens mulheres a se defenderem, a capacitá-las como líderes e

permitir-lhes um espaço para discutir questões complexas com o apoio de seus pares.

M: No Brasil, a CNTE lançou uma campanha de combate à Cultura do Estupro, que visa erradicar comportamentos violentos em relação às mulheres desde cedo, entre crianças e jovens. A Shanti Bhavan desenvolve alguma campanha ou aula sobre isso? Como funciona?

A: Nossos meninos estão constantemente expostos ao comportamento positivo e às interações com as meninas por meio de interações variadas com seus professores, administradores e alunos mais velhos. Eles também discutem



Ajit George: workshop capacita meninos a combater o sexismo em suas comunidades

questões que surgiram nas notícias, como o caso de violação de Deli, e compreendem suas implicações e discutem ativamente sobre como elas gostariam de mudar a sociedade para melhor.

Ensinar os meninos a serem feministas por meio do *Workshop de Feminismo para Meninos* dá-lhes um senso de consciência e empatia e ajuda-os a evitar cair na cultura masculina tóxica que trata as mulheres como objetos. Minha esperança é que, iniciando essa conversa em uma idade jovem, capacitará nossos estudantes do sexo masculino a serem promotores de mudanças e ajudar a combater o sexismo dentro de suas comunidades.

M: Em todos esses anos de atuação, como o senhor consegue mensurar as mudanças culturais e econômicas na comunidade onde a escola funciona?

A: Medimos nosso impacto com base nos resultados dos nossos alunos, após cinco anos de conclusão no programa Shanti Bhavan. Nossos graduados são autores, cientistas da

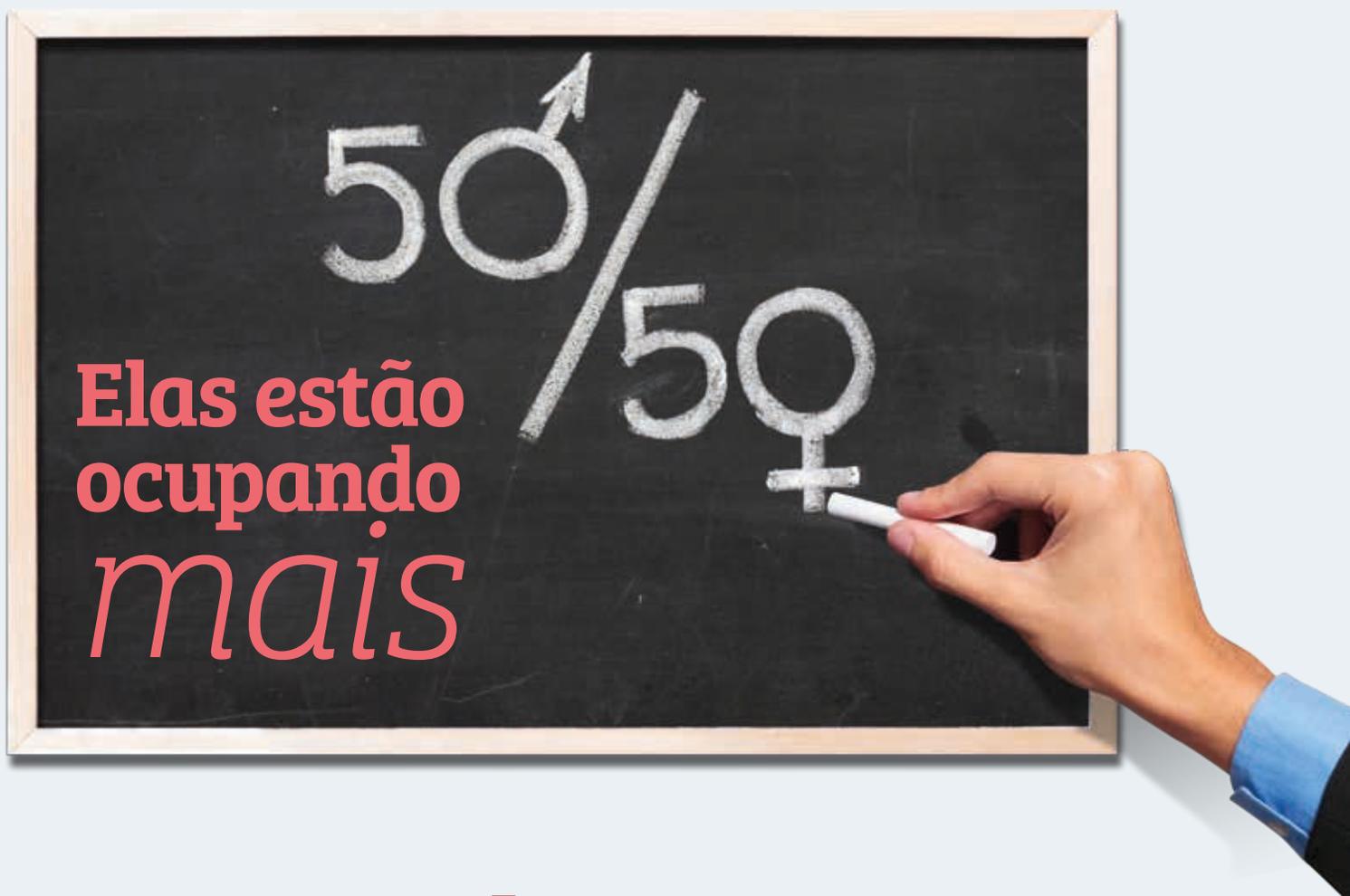
computação, engenheiros, empresários, professores e muito mais. Eles estão trabalhando para empresas multinacionais como Amazon, Goldman Sachs e Mercedes Benz. Eles fazem mais nos primeiros cinco anos de suas carreiras do que os pais em toda a vida.

Todos os graduados de Shanti Bhavan devolvem 20 a 50% de seus salários para suas famílias, comunidades e outras crianças necessitadas, criando um efeito de ondulação que afeta milhares. As crianças de Shanti Bhavan elevam suas comunidades pagando a dívida geracional, financiando oportunidades de educação para irmãos mais novos, cobrindo os custos médicos e movendo sua família para uma melhor habitação.

“ Nós estimulamos todos os nossos alunos para que eles assumam o controle de suas vidas e tragam mudanças positivas para suas famílias e comunidades ”

Saiba mais:
www.shantibhavanchildren.org





O movimento pela paridade nos sindicatos de educação não para de crescer

As mulheres só vão parar de debater a paridade quando elas alcançarem, pelo menos, metade dos cargos de direção dos sindicatos de educação. Essa é a sensação que fica quando conversamos com Gisele Vargas, secretária de defesa de direitos de gênero e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), e Luciene Fernandes, secretária da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes).

A CNTE foi a que primeiro avançou nesse campo. Desde 2014, a metade dos membros da diretoria é formada por mulheres. A novidade

da gestão, eleita em 2017, é que elas ocupam cargos de destaque, como a vice-presidência e a secretaria de finanças, além de dividirem, igualmente, os cargos com os homens. Desde a gestão anterior, a secretaria geral já estava sob o comando de uma mulher. Dos 50 sindicatos filiados à entidade, 21 têm mulheres à frente, e aqueles nos quais a direção é colegiada, 11, quatro já alcançaram a paridade na direção. No Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) e no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindiUTE-MG) a participação de mulheres na direção supera os homens, são 19 contra 17, e cinco e dois, respectivamente. As mulheres são maioria, também, no

Mapa da paridade nos sindicatos filiados à CNTE



no último encontro nacional da entidade. “Foi criada uma comissão para poder tratar desses assuntos. O movimento das mulheres, ainda, é bem incipiente dentro da Federação, e começou a tomar mais corpo agora”. Segundo Luciene, a baixa presença de mulheres pode ser explicada pelo perfil da antiga base da categoria. “O movimento docente, no caso universitário federal, era composto por homens mais velhos. Hoje, estamos com uma transição. Temos participação de professores mais novos, que entendem as questões não só de mulheres, como de direitos humanos, negros, indígenas e LGBTs”.

Sindicato de Trabalhadores em Educação de Rio Grande (RS). Dos cinco cargos, somente um é ocupado por homem.

Na Contee são seis mulheres e 13 homens na diretoria. “Apesar da nossa diretoria ser bem diversificada, não foi uma medida que a gente pode chamar de planejada”, explica Gisele. A secretária da Contee avalia que isso acontece porque “os sindicatos são filiados à CTB e à CUT, e eles já têm a pauta da equidade discutida em suas bases. Aí a nossa diretoria apenas reflete isso.”

No Proifes, a situação é um pouco diferente. Na diretoria executiva, são três mulheres e sete homens. Luciene Fernandes explica que o tema da paridade foi discutido

Outra questão que impede o maior acesso das mulheres é a dinâmica de escolha da diretoria. “A grande dificuldade para a gente ter paridade é porque a executiva do Proifes é indicada pelos seus sindicatos federados. E é preciso que eles indiquem nomes de mulheres também. Vamos debater se isso é possível dentro do atual regimento ou se será preciso modificar o documento para fomentar a participação feminina”, esclarece Luciene.

Luciene Fernandes tomou posse, em fevereiro, como vice-presidente da Proifes. “Já existe um movimento bastante acolhedor dessa proposta dentro da nossa diretoria. A expectativa é que as mulheres possam ter um protagonismo a esse respeito.”

Paridade na CUT

Foi em 2012 que o movimento de mulheres da CUT entrou para a história por ter conquistado a paridade de gênero na direção da Executiva Nacional e nas estaduais. Resultado de muita mobilização, a nova regra foi aprovada por um auditório completamente tomado por bandeiras na cor lilás empunhadas por mulheres que não deixariam o plenário sem a vitória. A medida passou a valer a partir das eleições de 2015.

Para chegar nesse resultado, as mulheres travaram diversas batalhas. Em 1986, no 2º Congresso Nacional da CUT, foi criada a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, que começou a fortalecer as mulheres no movimento. Em 1991,

teve início o processo de discussão de ações afirmativas para corrigir as desigualdades entre os gêneros, que culminou na 6ª Plenária Nacional da CUT, em 1993. Na ocasião, foi aprovada a cota mínima de 30% e máxima de 70% de cada gênero nas instâncias da Central.

Em artigo, a vice-presidenta da CUT, Carmen Foro, explica que “a paridade sustenta o princípio de justiça democrática de modo que o sexo não seja critério para discriminar as mulheres no acesso ao poder político, uma vez que não é natural nas direções políticas e nas instâncias de poder e decisão, onde existe predominância de homens”. Ela ressalta que “aplicar o princípio da



Foto: Dino Santos

Carmen Foro: “A paridade da CUT é uma mudança política, não é apenas numérica. É uma estratégia para o fortalecimento de mulheres no movimento sindical e muda o teor dos debates”

paridade significa garantir que as mulheres tenham o mesmo acesso ao poder político em todos os níveis, a começar pela própria organização sindical, garantindo que elas estejam representadas da mesma maneira que os homens em todos os âmbitos da vida social, econômica e cultural.”

América Latina

A Internacional da Educação para América Latina (IEAL) realizou, em 2017, o encontro “Mulheres em posições de poder”, da Rede Trabalhadores de Educação para a Região Andina e do Cone Sul, em Assunção, no Paraguai. Lá, as afiliadas à IEAL discutiram os principais obstáculos para maior participação das mulheres e a necessidade de uma política de igualdade de gênero em suas estruturas internas.

Combertty Rodríguez, coordenador da IEAL, adverte que, embora existam organizações onde há posições de liderança ocupadas por mulheres, isso não é garantido por uma política, de forma estrutural.



Foto: Jordana Mercado

Água e mulheres não são mercadorias!



Foto: José Cruz/Abbr

6ª Marcha das Margaridas vai denunciar o desmonte da Previdência Social e reforçar importância da participação política das mulheres

É com esse chamado que o Grupo de Mulheres do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) lançou uma Carta à sociedade, denunciando que elas estão entre as mais atingidas e impactadas pela falta de acesso à água e esgotamento sanitário, direitos que são negados pela lógica da mercantilização e pela omissão dos poderes públicos.

A Carta foi apresentada no lançamento internacional do FAMA que ocorreu no mês de setembro de 2017

em São Paulo (SP). O Fórum será realizado em março, em Brasília (DF), e tem como eixo principal o combate à privatização da água.

“Com a transformação da água em mercadoria, quem não puder comprar mas depende da água para seus afazeres domésticos, vai ficar excluído do sistema. E se hoje esse trabalho no campo é feito por mulheres, elas é que serão excluídas”, destaca a militante da Marcha Mundial das Mulheres, Nalu Faria. Ela explica que, no caso

das trabalhadoras rurais, há uma dupla dimensão que é a do trabalho doméstico somado ao fato que elas também exercem trabalho remunerado: “Quando elas fazem um roçado elas são excluídas do planejamento – elas só executam tarefas, então o trabalho delas não é reconhecido, é interpretado como uma ajuda”.

Estimular o protagonismo das mulheres e criar as condições para sua efetiva participação em todos os espaços de decisão política, incluindo os que dizem respeito à



FÓRUM
ALTERNATIVO
MUNDIAL DA
ÁGUA

ÁGUA É DIREITO NÃO MERCADORIA
MARÇO 2018 • BRASÍLIA • BRASIL

gestão da água, é um dos pontos que serão defendidos pelo FAMA. “Quando as mulheres do campo não tem acesso à água elas perdem o pouco de autonomia que conquistaram”, resume Nalu Faria.

Retrocesso democrático

A Carta do Grupo de Mulheres do FAMA também denuncia que estamos vivendo um retrocesso democrático em que as mulheres estão entre as principais atingidas.

As mulheres agricultoras familiares sofreram os efeitos do fim de seus programas específicos, como os Programas de Organização Produtiva e de Documentação da Trabalhadora. Mazé Moraes, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, enumera os golpes: “Dentro do pacote de maldades deste governo ilegítimo está a extinção de órgãos responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento rural, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tornou-se uma tímida Secretaria Especial. Além disso temos o fim de vários programas e redução drástica do orçamento para o fortalecimento da agricultura familiar”.

Resistência das Mulheres pelo Mundo

Confira alguns exemplos de resistência das mulheres do campo em defesa da água

- Jornadas de Cochabamba, 2000, luta contra a privatização pela empresa Bechtel. A revolta popular alimentou a luta contra a ALCA e também fez a Bolívia inserir na sua Constituição os direitos da água e da natureza.
- Em março de 2007, a Rede Lac lançou a Campanha Água é Vida e Direito. Participaram desta campanha grupos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e Uruguai. A campanha teve por objetivo debater nas diversas organizações que compõem a Rede sobre o direito à água e dar visibilidade à questão hídrica nos diferentes países.
- África do Sul, 2008, luta contra privatização da água assegura às famílias de Soweto a ter o dobro de água na caixa.

Marcha das Margaridas

A 6ª Marcha das Margaridas terá como temas centrais a defesa da democracia e dos direitos, denunciando os desmontes, principalmente o da previdência social. As Margaridas vão marchar para dialogar com a sociedade sobre as ameaças frontais ao nosso sistema democrático, bem como sobre a urgência de enfrentarmos todas as formas de violência contra as mulheres, que têm se aprofundado no atual cenário político – sendo a votação da PEC 181 uma de suas maiores expressões.

Nesta edição, as Margaridas também vão afirmar a importância da participação política das mulheres e visibilizar as formas de luta e resistência das mulheres do campo, da floresta e das águas – que se manifestam de diversas formas, por meio das nossas práticas agroecológicas, da resistência ao latifúndio, da preservação das sementes crioulas, das nossas ações de rua e de outras tantas maneiras.

Construída desde o ano 2000, trata-se de uma mobilização estratégica das mulheres do campo para formação, articulação de parcerias, proposição e negociação de políticas públicas específicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas.

Pela primeira vez, em 30 anos, mulher faz transmissão do Monday Night Football ►

Em 2017, a transmissão do Monday Night Football, no horário nobre da National Football League, liga esportiva profissional de futebol americano dos EUA, ficou para a história. Pela primeira vez, em 30 anos, uma mulher liderou os microfones da ESPN, no jogo de Denver Broncos x Los Angeles Chargers. Porém, a atuação de **Beth Mowins** (foto) não passou imune às críticas. Durante a partida, a jornalista recebeu vários comentários negativos, pelo simples fato de ser mulher. No Twitter, um telespectador fez questão de deixar o protesto “@bethmowins nada pessoal, mas homens veem esportes para não terem de ouvir as esposas ou namoradas”. Por aqui, a ESPN Brasil convidou Paula Ivoglo, fundadora do site NFL de Bolsa, para comentar a partida. Ao contrário dos norte-americanos, os brasileiros elogiaram a presença e as análises da comentarista, destacando a iniciativa e a participação de uma mulher na programação.



Foto: divulgação ESPN

Foto: difusão



◀ Misses denunciam violência contra mulher durante concurso

As participantes do concurso de beleza Miss Peru 2018 aproveitaram a passarela para denunciar a violência de gênero no país. “Minhas medidas são: 2.202 casos de feminicídio, nos últimos nove anos, no meu país”, disse uma das concorrentes. “Minhas medidas são: 81% dos agressores de meninas, menores de cinco anos, estão próximos às famílias”, disse outra candidata. Durante o desfile, ao som da música “*Siempre más fuertes*”, as telas do fundo do palco mostraram manchetes de casos recentes de agressão às mulheres. A repercussão do gesto das misses fez a hashtag #MisMedidasSer estar entre os *trending topics* durante algumas horas no dia do concurso.

Portuguesa é a primeira mulher a vencer o Prêmio Oceanos ►

O romance “Karen”, da escritora portuguesa Ana Teresa Pereira, foi o grande vencedor do Prêmio Oceanos, um dos mais importantes da língua portuguesa. Primeira mulher a ser homenageada, nos últimos 15 anos, ela recebeu R\$ 100 mil. Na literatura desde 1989, com a obra “Matar a imagem”, a autora tem sido presença no mercado editorial com títulos como “Se nos encontrarmos de novo”, “O Lago”, “A casa das sombras”, “As noites secretas”, entre outros. Traduzida para o inglês, francês, alemão, italiano e eslovaco, a autora estreará no Brasil, com “Karen”, no primeiro semestre de 2018, pela editora Todavia.



Foto: divulgação

Sugestões de livros

MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA » Conta a história de um coelhinho, bem branquinho, que faz de tudo para ficar com os pelos mais escuros. Depois de várias tentativas e frustrações, conhece uma coelha bem pretinha, por quem se apaixona. Autora: Ana Maria Machado – Editora Ática, 2000.

COLEÇÃO INFANTIL ANTIPRINCESAS » Tem como proposta apresentar a vida e o protagonismo de mulheres latino-americanas. Frida Kahlo, Violeta Parra e Clarice Lispector são alguns dos nomes representados nos livros. Autora: Nadia Fink – Editora Chirimbote, 2015.

HISTÓRIAS DE NINAR PARA GAROTAS REBELDES » Narra a vida de 100 mulheres extraordinárias, com ilustrações de 60 artistas do mundo inteiro. O projeto foi pensado por Elena Favilli e Francesca Cavallo, cofundadoras da empresa de mídia infantil Timbuktu Labs, nos Estados Unidos. Entre as personagens da obra estão Elizabeth I, Serena Williams e Maya Gabeira.



Sugestões de filmes

FILHAS DO DESTINO » (EUA, 2017, 4 episódios) A série do Netflix testemunha o crescimento de cinco garotas, de sete a vinte e três anos de idade, da casta "Dalit", em uma das comunidades mais pobres do planeta. Ambas estudam em colégio interno, na cidade de Bangalore, na Índia, criado para gerar oportunidades.

DOCUMENTÁRIO INNSAEI – O PODER DA INTUIÇÃO » (Alemanha, 2016, 1h30min.) Pensadores e espiritualistas discutem a filosofia islandesa que promove a conexão das pessoas por meio da empatia e da intuição.

Indicação de leitura

CULTURA DO ESTUPRO OU CULTURA ANTIESTUPRO? » O artigo escrito por Carmen Hein de Campos, Lia Zanotta Machado, Jordana Klein Nunes e Alexandra dos Reis Silva, discute o papel do Direito para a manutenção ou enfrentamento do código relacional da honra no crime de estupro. Reflete sobre a necessidade de repensar as políticas públicas de atendimento às mulheres vitimadas.

ARGUMENTÁRIO A FAVOR DA IGUALDADE DE GÊNERO » O material aborda três questões essenciais, a igualdade de gênero, a articulação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e a participação nos processos e posições de tomada de decisão. A publicação foi cofinanciada pela Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres.

Sugestões de sites e blogs

www.onumulheres.org.br/

artemis.org.br/

www.redesaude.org.br

www.geledes.org.br

azmina.com.br/

www.editoramale.com

www.revistacapitolina.com.br/

planodemenina.com.br

thinkolga.com/

catolicas.org.br/



- ➔ **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER** » Faça um levantamento em jornais, revistas e sites, de casos de violência de gênero. Utilize apenas as manchetes e prepare um cartaz para visualização. Faça, também, cópia da lei Maria da Penha e inicie a atividade propondo uma reflexão sobre a pergunta: Quem ama maltrata e mata? Você já presenciou uma cena de violência de gênero? Ciúme é forma de demonstrar amor? Feche a atividade propondo a criação de novas manchetes para as matérias expostas.
- ➔ **EDUCAR PARA O RESPEITO PELA VIDA SEM VIOLÊNCIA** » Faça uma lista com a turma dos principais grupos conhecidos, tais como homens e mulheres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais, idosos e jovens etc. Divida a turma e peça para que pesquisem o que um pensa sobre o outro em uma palavra (o que homens pensam sobre as mulheres, por exemplo). Os alunos devem entrevistar e fotografar 3 pessoas de cada grupo e organizar as respostas em uma tabela.
- ➔ **INCLUSÃO DIGITAL** » Peça que os/as aluno/as que se reúnam em grupos façam entrevistas, em vídeo ou em papel, com mulheres que ocupam redutos masculinos (analista de sistema, computação etc). Oriente para que formulem perguntas acerca de discriminação, salário, jornada e motivação para o trabalho.
- ➔ **NOVO FEMINISMO** » Converse com a turma sobre os movimentos sociais ligados à questão de gênero e sexualidade e sua importância histórica. Agende uma mesa redonda com pelo menos duas ativistas de sua cidade. Busque ajuda nos sindicatos.
- ➔ **RACISMO** » Utilize o filme *Histórias Cruzadas* (Tate Taylor, 2011), que narra a luta de mulheres negras vítimas do racismo na década de 60 nos Estados Unidos. Após a sessão, peça para os alunos discutirem quais atitudes eles ainda presenciavam em 2018 e como este preconceito pode acabar.
- ➔ **CULTURA** » Apresente aos alunos letras de músicas com conotação machista, como *Maria Chiquinha* (Sandy e Jr) e *Esse Cara sou Eu* (Roberto Carlos) e o *funk* *Um tapinha não dói* (Bonde do Tigrão) e peça que pesquisem letras ofensivas às mulheres e, a partir delas, criem paródias com mensagens positivas.

**Diretoria Executiva da CNTE
Gestão 2017/2021**

PRESIDENTE

Heleno Araújo Filho (SINTEPE/PE)

VICE-PRESIDENTE

Marlei Fernandes (APP/PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (FETEMS/MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Leão (APEOESP/SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Gilmar Soares (SINTEP/MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Rui Oliveira (APLB/BA)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SINTE/SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Beatriz Cerqueira (SIND-UTE/MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivone Almeida (SINTESE/SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Isis Tavares (SINTEAM/AM)

SECRETÁRIA DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Selene Michielin (CPERS/RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Gabriel Pereira Cruz (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Francisca da Rocha (APEOESP/SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton da Silva (SINPEEM/SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam Filho (SINDIUPES/ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos do Prado (AFUSE/SP)

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

Iêda Leal (SINTEGO/GO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Cristina Guilherme (SINDIUTE/CE)

Berenice D'Arc Jacinto (SINPRO/DF)

Cândida Beatriz Rossetto (CPERS/RS)

Edmilson Camargos (SAE/DF)

Girleene Lázaro da Silva (SINTEAL/AL)

Joaquim Juscelino Linhares (APEOC/CE)

José Valdivino de Moraes (APP/PR)

Luiz Carlos Paixão (APP/PR)

Manoel Rodrigues (SINTERO/RD)

Odeni de Jesus da Silva (SINTE/PI)

Raimundo Oliveira (SINPROESEMMA/MA)

Rosana Souza do Nascimento (SINTEAC/AC)

COORDENADOR DO DESPE

Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)

COORDENADOR DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Carlos Alberto Pires Guimarães (SP)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Alessandro Souza Carvalho (APEOC/CE)

Antônio Lisboa Amancio Vale (SINPRO/DF)

Carlos de Lima Furtado (SINET/TO)

Dóris Regina Nogueira (SINTERG/RS)

Ionildo Tomaz (SINTE/RN)

Marco Antônio Soares (APEOESP/SP)

Maria Marleide Matias (SINTE/RN)

Marilda de Abreu Araújo (SIND-UTE/MG)

Marilene dos Santos Betros (APLB/BA)

Nelson Galvão (SINPEEM/SP)

Odisséia Carvalho (OPosição SEPE/RJ)

Valéria Conceição da Silva (SINTEPE/PE)

Veroni Salete Del Ré (APP/PR)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Antônia Benedita Costa (SINPROESEMMA/MA)

Edson Rodrigues Garcia (CPERS/RS)

Ivaneia de Souza Alves (OPosição SINSEPEAP/AP)

José Teixeira da Silva (SINTE/RN)

Ornildo Roberto de Souza (SINTER/RR)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Edivaldo Faustino da Costa (SINTEP/PB)

Fábio Henrique Matos (SINTE/PI)

Francisca Ribeiro da Silva (SINTE/PI)



Luz Del Fuego

*Eu hoje represento a loucura
Mais o que você quiser
Tudo que você vê sair da boca
De uma grande mulher
Porém louca!*

*Eu hoje represento o segredo
Enrolado no papel
Como luz del fuego
Não tinha medo
Ela também foi pro céu, cedo!*

*Eu hoje represento uma fruta
Pode ser até maçã
Não, não é pecado,
Só um convite
Venha me ver amanhã
Mesmo!*

Amanhã! amanhã! amanhã!

*Eu hoje represento o folclore
Enrustido no metrô
Da grande cidade que está com pressa
De saber onde eu vou
Sem essa!*

Eu hoje...

Rita Lee (1975)